

**Descontinuidades culturais das bolseiras angolanas em Cuba nas
décadas de 1970 a 1990**

Joana da Conceição Cambala Teixeira

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação

Agosto, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação
científica da professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva.

Dedicatória

À minha mãe Domingas Bernardo Manuel, pelo seu amor incondicional.

Em memória das minhas avós, Mariana Lucala e Chibuco Calunga, do meu pai José Francisco Cambala e dos meus queridos tios, Joaquim Cambala, Domingos Gola, José Canzuri.

À minha filha, Paloma Noémi Cambala Teixeira e ao meu esposo José Manuel Gomes da Silva Teixeira, porque sei que o tempo é irreversível e nada poderá pagar os momentos em que me ausentei das suas vidas durante a realização deste trabalho.

A toda a minha família; Cambala, Gola, Canzuri, e Quitamba

Joana Cambala

AGRADECIMENTOS

Concluído este trabalho, é-nos difícil agradecer aos numerosos amigos. Mas, abriremos um parêntesis para agradecer àquelas pessoas e entidades que nos fizeram acreditar que nesta longa caminhada da vida existem mais flores que serpentes.

Em primeiro lugar ao criador dos céus e da terra, por renovar as minhas forças a cada dia.

À minha excelentíssima professora e orientadora, Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva, pela sua dedicação e profissionalismo.

Aos meus professores David Justino, João Nogueira, Ana Isabel Madeira, Sérgio Graço. Ao governo provincial da Lunda-Sul na pessoa da Dr.^a Cândida Narciso.

Dedico igualmente uma palavra agradecimento a toda a família Caimanera, em especial às ex-bolsistas angolanas estudantes em Cuba inquiridas para esta investigação.

Aos meus colegas de turma do curso de mestrado em Ciências da Educação; António Fialho, Catarina Almeida, Catarina Valente, Cristina Silveira, Celinha Santos, Musy Araújo, Pedro Rocha e Melo, Inês Costa, Joana Sofia, Joana Pinto, Judith e Wanessa Oliveira, pelo privilégio de partilhar e aprender com cada um deles.

Não podia colocar um ponto final sem antes referir pessoas especiais cujo incentivo e apoio incondicional tornaram possível acreditar que é no meio das dificuldades que se conquistam as maiores e melhores batalhas: Isaac Txozo Simão, Lucas Luciano, Fátima Andresa Dias, Ivanilda Costa, Bernadeth Quintas, Lídia Cahanga, Catarina Teixeira, Joana Sodré, e Guida Januário e Lasalete Silva

A todos, o meu muito obrigada.

**DESCONTINUIDADES CULTURAIS DAS BOLSEIRAS ANGOLANAS EM
CUBA NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990**

JOANA DA CONCEIÇÃO CAMBALA TEIXEIRA

RESUMO¹

Com a necessidade urgente de formar a nova geração na aquisição de conhecimentos científicos, culturais, habilidades e valores, Angola com a sua forte relação com o governo cubano apostou na formação de quadros a longo prazo. Provenientes das 18 províncias de Angola, com idades muito tenras, enraizadas com as suas culturas de origem, jovens angolanas foram literalmente sujeitas a desvincular-se precocemente dos seus rituais, hábitos e costumes.

O presente estudo tem como objetivo determinar as principais causas que levaram a uma decadência total ou parcial das descontinuidades culturais destas bolseiras angolanas em Cuba, num determinado período histórico (de 1970 a 1990). Pretende, ainda, trazer ao conhecimento público esta situação educacional específica através, não só de um conhecimento do contexto angolano da época, como da voz de quem o viveu.

Com este trabalho pretendemos, assim, contribuir para uma reflexão sobre as questões da cultura e da importância da mesma na educação dos jovens.

PALAVRAS-CHAVE: *descontinuidades culturais; bolseiras angolanas; estudantes em Cuba*

¹ Nota: Por opção da autora, o presente trabalho não segue as regras estabelecidas pelo novo acordo ortográfico.

ABSTRACT

With the urgent need of instructing the new generation with updated scientific and cultural knowledge, Angola invested in a long term training of its young professionals, making use of its historic connection to the Cuban government.

Coming from all 18 provinces, these young Angolan women were forced to detach themselves from their traditions and costumes at a very early stage.

The goal of this dissertation is to determine the main causes that led to the total or partial deterioration of the cultural detachments of these young Angolan scholars from 1970 to 1990. It also aims at raising public awareness for the issue, through first hand accounts and a brief essay on that specific historical context.

In conclusion, in this dissertation I hope to trigger a conscious reflection on cultural matters and their influence on the education of prospect students and professionals.

KEYWORDS: *cultural discontinuities; Angolan grant holders; students in Cuba*

Índice

PENSAMENTO	10
INTRODUÇÃO	11
Justificação do tema	12
Questão de partida.....	12
Objectivos do estudo	13
Estrutura do Trabalho.....	13
I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
1. Conceito de cultura.....	15
2. Conceito de descontinuidades	23
3. Abordagem sobre Cultura Bantu.....	24
4. Etnias e culturas de Angola.....	28
5. Alambamento	32
6. Função social da mulher angolana nos sectores rural e urbano.....	33
7. A colonização portuguesa e as suas implicações no ensino geral em Angola	36
8. A trajetória das bolseiras angolanas em Cuba, desde o país de origem até ao país de acolhimento “Ilha da Juventude”	38
9. Organismo do Estado angolano responsável pela gestão de Bolsas De Estudos	38
II - ESTUDO EMPÍRICO	41
1. Metodologia	41
2. Instrumento e procedimentos	42
3. Participantes	43
III . ANÁLISE DOS DADOS	44
1. Limitações do Estudo	51
2. Síntese dos Resultados	51
3. Conclusões	52
4. Recomendações.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO.....	58

GLOSSÁRIO

Caimaneiro - expressão derivada da forma geográfica que toma o mapa de Cuba (Crocodilo)

Alambamento - Ritual da tradição angolana: pedir a mão da noiva perante a família

Quimbundo - Dialecto angolano

Katwambimbi- Figura mítica

LISTA DE ABREVIATURAS

ESBEC – Escola Secundária Básica de Educação e Ciências

INAGB – Instituto Nacional de Gestão de Bolsas De Estudo

PENSAMENTO

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se pode tornar uma médica, que o filho de um mineiro se pode tornar o diretor da mina, que uma criança de peões de fazenda se pode tornar o presidente de um país. ”

Nelson Mandela

INTRODUÇÃO

“Educação popular não quer dizer exclusivamente educação da classe pobre; porém, que todas as classes da nação, que é o mesmo que o povo, sejam bem educadas. Assim como não há nenhuma razão para que o rico se eduque, e o pobre não, que razão há para que se eduque o pobre, e o rico não? Todos são iguais.”

José Martí

A cultura africana é indissociável da sua história e as civilizações africanas têm uma tradição muito grande em termos de oralidade, embora a existência da escrita. Esta talvez seja a forma de preservar a própria história da aculturação imposta pelos europeus.

Grande parte desta educação era adquirida pelos pais através do exemplo e do comportamento dos membros mais velhos da sociedade.

Angola, hoje, passa pela compreensão daquilo que foi feito; sua história, educação, cultura... e sobre a perceção do tipo de análise da complexidade cultural de que é feita. Quando se trata da distinção entre o fruto da colonização e o que é realmente cultura e tradição angolana, encontra-se dificuldade em encontrar formas de moldar a mulher, dentro do seu meio social, à sua cultura de origem e não consoante a visão ocidental imposta. Aquando a expansão colonial em África, e em particular em Angola, já se praticava a educação, baseada num quadro não formal.

A saída para o estrangeiro apresentava-se assim como uma oportunidade que todos os estudantes angolanos no geral gostariam de beneficiar, independentemente do país de destino, ou a falta de noção sobre as descontinuidades culturais e o seu impacto nas suas vidas e nas sociedades de hoje.

Pela natureza privilegiada da cooperação existente, da ligação política e histórica a Angola, Cuba tem sido, desde sempre, destino preferencial da maioria dos estudantes angolanos.

Importa pois compreender o que levou estas jovens a partirem para o exterior, quais os preceitos utilizados para a escolha do país de destino, como se efetuou a sua integração na sociedade de acolhimento, bem como as expetativas criadas aquando o regresso a Angola, nomeadamente em termos da sua integração profissional, social e cultural.

Justificação do tema

Este trabalho de investigação intitula-se «Descontinuidades Culturais das Bolseiras Angolanas em Cuba nas décadas de 1970 a 1990». São vários os motivos que nos conduziram à escolha deste tema, nomeadamente a sua pertinência, originalidade, experiência e contexto. Sobretudo por se tratar do género feminino e por representar o percurso do pesquisador, impulsionado pelo desejo de saber, compreender e explicar as controvérsias daquele período específico.

Com este trabalho, pretendemos dar a conhecer à sociedade aspectos de extrema relevância, desde a cultura inicial, a omissão e a melhor percepção dos vários momentos vividos em Cuba, que levaram a uma parcial ou total descontinuidade cultural de muitas destas mulheres que realizaram esta experiência. Acresce ainda que nos centramos nestas décadas pelo facto de representar o período em que o maior número de bolseiras angolanas abandonou literalmente o país em busca do crescimento intelectual, académico e científico.

Questão de partida

Os tempos vão mudando e as características da cultura angolana vão-se distorcendo em vários hábitos, costumes e rituais pelo que estes hábitos foram, também, caindo em desuso.

Como consequência deste facto, podem-se levantar algumas questões pertinentes que poderão ir ao encontro do problema em causa:

Na década de 1970 a 1990 as bolseiras angolanas em Cuba, por diversos fatores, sofreram descontinuidades culturais?

Nas décadas de 1970 a 1990 as bolseiras angolanas em Cuba, por diversos fatores que pretendemos desvendar ao longo desta investigação, sofreram uma

decadência parcial ou total da sua cultura de origem que, por sua vez, conduziu a descontinuidades culturais?

Objectivos do estudo

A formação integral do cidadão, através de uma série de conhecimentos científicos e culturais preparando o indivíduo para a continuação da sua formação a nível médio e superior ou permitindo a aquisição de habilidades e saberes necessários à convivência social e à sua inserção na vida activa na sociedade, foi sempre uma prioridade para qualquer sociedade que aposte no capital humano.

Os objectivos do estudo consistem em determinar e analisar as principais causas que poderão ter influenciado total ou parcialmente nas referências culturais das bolseiras angolanas em Cuba, num determinado período histórico (décadas de 1970 a 1990).

Estrutura do Trabalho

A nossa pesquisa encontra-se organizada em três capítulos, sobre os quais se segue uma breve explicação.

O primeiro capítulo é introdutório onde se aborda, através de uma breve explanação, as questões que irão ser analisadas no presente trabalho; a razão da escolha do tema, que se centra na sua exclusividade; as experiências e a questão do género feminino, assunto sobre o qual recai esta análise e os objetivos de estudo. Compreende, ainda, o enquadramento teórico sobre as diversas temáticas que ilustraram o objeto de estudo.

Enquadramento teórico que visa a clarificação de conceitos como cultura e descontinuidades segundo a visão de alguns autores contemporâneos.

Daremos uma atenção especial sobre a origem da cultura angolana (Bantu), as suas particularidades específicas desde os seus colonizadores até à sua independência cultural.

Pretende-se, assim, entender as raízes, etnias e culturas de Angola, uma curiosidade sobre o ritual do alambamento (pedir a mão da jovem), uma breve explicação sobre as funções sociais da mulher em meio rural e urbano, e procurar dar a conhecer o papel da mulher na sociedade e na difusão da cultura e tradições angolanas.

Outro elemento a merecer um curto comentário é a trajetória destas bolseiras desde o afastamento do país de origem até à sua chegada ao país de acolhimento, especificamente na Ilha da Juventude.

De seguida, uma breve explanação sobre a evolução do sector da educação em Angola assim como os princípios e objectivos do estado angolano na formação de quadros sob a inteira responsabilidade do I.N.A.G.B.E.

No segundo capítulo relativo ao Estudo Empírico define-se e descreve-se a metodologia utilizada, instrumentos e procedimentos a usar e a escolha dos participantes.

Finalmente, no terceiro capítulo, o estudo, recai sobre a análise dos dados, as eventuais limitações do estudo, síntese dos resultados, conclusões e recomendações.

I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

"São três as raízes da nossa cultura: a cultura ibérica, que é a cultura do privilégio; a cultura africana, que é a cultura da magia; e a cultura indígena, que é a cultura da indolência. Com esses ingredientes, o desenvolvimento económico é uma parada..."

Roberto Campos

1. Conceito de cultura

O termo cultura deriva do latim *cola, colere*. Na língua latina, *agrum colere* significava o cuidado da natureza, o conjunto de gestos necessários para que a planta crescesse. Mais tarde, com Cícero (2009, citado por Osório, 1992, p.217) é usada pela primeira vez no sentido de *cultura hominis*, isto é, a formação intelectual cuidada. É interessante notar, portanto, que a cultura tem, desde o início, uma força de atenção ao homem, de civilização, de consciência do valor do homem e da sua educação.

Actualmente, usamos o termo cultura na acepção alemã do termo – *bildung* – como boa qualidade individual: o homem culto é o homem educado, bem formado. De acordo com Gramsci (1996), a cultura é um meio persuasivo utilizado pelas elites para promover o consentimento com o qual se garante a conformidade do comportamento e atribuição de sentido, fazendo com que os actores sociais sejam aceites como membros do grupo. A educação funciona aqui como principal mecanismo de conformação, condicionando o comportamento social. A cultura seja uma superfluidade social que retira frescura e liberdade ao sujeito, contrapondo cultura e natureza: o indivíduo é útil mas é corrompido pela cultura.

Em outros casos, em virtude do contexto histórico-cultural, um dos polos da estrutura cultural tende a ser ocultada, produzindo um sistema hierárquico em que um deles faz sentido e o outro não; em que um deles é válido e o outro não, um serve e o outro não. Perde-se um sistema de normalidades criado historicamente e presente nos tempos que correm.

A solidez sociocultural surge também associada a contextos culturais de estatuto mais elevado ou mais baixo que se distingue no modo como gerem o tempo, os papéis sociais, as relações interpessoais, o raciocínio, as mensagens verbais e a organização social. O respeito pelo outro é apenas possível se não negligenciarmos a nossa própria pessoa e se ajustarmos a nossa raiz cultural.

“Todas as vezes que somos levados a qualificar uma cultura humana de inerte ou de estacionária, devemos, pois, nos perguntar se este imobilismo aparente não resulta da nossa ignorância sobre os seus verdadeiros interesses, conscientes ou inconscientes, e se, tendo critérios diferentes dos nossos, esta cultura não é em relação a nós, vítima da mesma ilusão” (Lévi-Strauss, 1952, p.73).

A palavra cultura tem sido frequentemente usada para designar trabalho da «natureza», externa e interna ao homem. Tradicionalmente, a filosofia distingue «natureza» e «cultura», sendo a primeira próxima de «qualidade do que é inato» e tendo a segunda uma relação estreita com «adquirido». Assim a «cultura implicaria necessariamente um trabalho de transmissão exercido sobre a ‘natureza ‘dada. A transformação da ‘natureza’, graças em particular à ação educativa, teria por objetivo desenvolver qualidades virtuais e atualizá-las» (Forquin e Paturet, 1999, p. 109, citados por Silva, 2008). Nesta ordem de ideias, o termo cultura encontra-se associado a um conjunto de conhecimentos convenientemente assimilados e dominados a um «círculo de saberes fundamentais», com valor formador (Silva, 2008, p.46).

Tylor, antropólogo inglês, elabora pela primeira vez um conceito de cultura, na obra clássica da antropologia *Primitive Culture* (1871). «A cultura ou civilização, entendida no seu sentido etnográfico amplo, é o conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, o costume e toda a demais capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade» (citado por Silva, 2008, p. 46).

Tylor continua ainda afirmando que segundo «este ponto de vista seria possível reconstruir a cultura de épocas passadas, integrando de novo nos seus conjuntos de articulação originais os traços dos antigos costumes que pelo acaso da história tinham sobrevivido, fora do seu contexto, até aos tempos actuais» (Leach, 1985, p.105, citado por Silva, 2008, p.46). Independentemente das suas limitações conceptuais, a cultura é hoje considerada como o objecto próprio da antropologia, interessada no estudo da diversidade da cultura, de distintas culturas, manifestações concretas de determinados grupos humanos em determinado momento da história actual ou passada.

Segundo Silva (2008), pode também entender-se cultura como promoção académica, designação própria das sociedades que actuam na sua função socializadora e transmissora de conhecimentos, capacidades e valores portadores de prestígio e de estatuto social.

Nesta concepção, a noção de cultura é sensivelmente sinónimo de saber, associado a cultura geral, ou saber especializado num sector particular - cultura literária, artística, científica, etc.

Assim, considera-se «cultura» a pessoa muito instruída, que domina um amplo conjunto de conhecimento. A cultura entendida também como a ligação ao mundo do ser humano mediatizado pelo sentido e pela significação ao universo de símbolos e de signos que se interpõem entre o ser e o mundo, transmitidos pelo meio constituído por objectos e espaços materiais, mas também outros valores, normas, etc. (Silva, 2008). O mundo é constituído também por nós próprios, uma vez que não temos acesso, em grande parte, senão através da mediação dos símbolos e dos signos que o meio nos proporciona.

Clanet (1990) fala do universo de signos e de símbolos de que nos fomos apropriando, desde a infância e ao longo da nossa vida e a partir dos quais construímos não só o nosso universo pessoal, mas também um universo em comum com os outros – grupo, etnia, país... Como afirma Camilleri (1985, p. 13, citado por Silva, 2008, p.47), «a cultura é um conjunto mais ou menos ligado de significações adquiridas, as mais persistentes e as mais partilhadas que os membros de um grupo, pela sua filiação nesse grupo, são levados a distribuir de maneira prevalente pelos estímulos provenientes do seu meio e de si mesmos, induzindo face a esses estímulos, atitudes, representações e comportamentos comuns valorizados e que tendem assegurar a reprodução por vias não genéticas»

Giddens (1993), numa perspetiva sociológica, define cultura como os valores que os membros de um dado grupo mantêm, as normas que seguem e os bens materiais que criam. E quando os valores são ideais abstractos, as normas constituem princípios, regras, representam o que é assim, aos modos de vida dos membros de uma sociedade ou de grupos dentro da mesma, incluindo não só hábitos de casamento e vida familiar, padrões de trabalho, cerimónias religiosas, lazer, modo de vestir, mas também os bens que são criados pelo grupo e que se tornam significativos para o mesmo. Sem cultura, não seríamos completamente “humanos”, no sentido em que habitualmente compreendemos o termo. Em suma, a cultura diz sobretudo respeito a algo que é feito

pelos seres humanos, que é construído por eles em interação e que é transmitido, através de gerações, por pais, professores, pessoas mais velhas e líderes religiosos.

Desta forma, «quando uma criança nasce, vai inserir-se num meio povoado de significantes e de significados, que lhe irão ser transmitidos pelos membros da sua comunidade de pertença, e que darão sentido ao seu mundo físico, pessoal e social formando a sua identidade. Esta construir-se-á através quer da percepção ou discriminação de certas características culturais, ideias, valores, condutas sociais e de comunicação, quer do reconhecimento cognitivo e afectivo de pertença a um grupo possuidor de determinadas características diferenciadoras» (Silva, 2008, p. 48).

Assim, e segundo a mesma autora, o culturema saudar, numa determinada cultura, é concretizado através de um condutema, que pode consistir em estender e apertar a mão, inclinar a cabeça, beijar no rosto ou na boca, abraçar, etc.

Em síntese, uma interpretação diferente dos condutemas pode conduzir, por conseguinte, a situações equívocas, a «ruídos» comunicativos, a juízos de valor.

No entanto Bernestein (1964, citado por Capucha, 2010, p.28) afirma que «a escola também é o espaço fomentador de diferenças culturais, pois é neste ambiente que os códigos linguísticos das classes dominantes são ensinados às populações de origem étnica diversa, fazendo com que estas tenham uma certa resistência, gerando incomunicabilidade entre os actores do processo educativo, podendo traçar negativamente o percurso escolar do aprendente.»

Deste modo, o entendimento actual do termo cultura afasta-se significativamente do sentido que lhe atribuiu Arnold (1869, citado por Leach, 1985, p. 102, citado por Silva, 2008, p.48), que a considerava «um atributo exclusivo do homem culto (ou seja bem-educado) e que qualquer indivíduo do sexo masculino da Europa ocidental, oriundo da classe média, deveria ter adquirido como resultado da sua educação cristã». Contudo não é de colocar de parte esta acepção de Arnold, entendida como conceito elitista, dada a ambiguidade, ainda hoje subsistente, entre esta acepção e a antropológica englobante indicada por Taylor (qualidades mentais e aspectos do comportamento adquirido como resultado de uma educação).

O psicólogo social Triandis (1977, citado por Silva, 2008, p.56)) distingue cultura objetiva de cultura subjetiva, incluindo no primeiro aspectos visíveis, tangíveis (artefactos produzidos, alimentação, vestuário, nomes que se dão às coisas) e na

segunda os aspetos invisíveis, menos tangíveis (valores, atitudes, normas de comportamento, papéis adoptados, os «segredos» amplamente partilhados e aceites)

Neste contexto, a cultura de uma comunidade cumpre uma função moduladora da personalidade dos seus membros, no sentido de proporcionar um marco configurador segundo o qual as pessoas concretas são diferentes de outras pertencentes a culturas diversas. Para Escamez (1992), os procedimentos de conformação denominam-se estados: um deles inconsciente, e é chamado de enculturação; o outro é consciente e tem sido chamado de institucionalismo.

É através dos modelos difundidos que se pode e se deve perceber, por cada indivíduo, as suas aquisições, os seus hábitos, competências e comportamentos diários. Sendo, pois, a cultura constituída pelo conjunto de saberes, saber-fazer regras normas, interdições, estratégias, crenças, ideias, ideais e mitos, que se transmitem de geração em geração, reproduzindo-se em cada indivíduo, ela controla a existência da sociedade e conserva a complexidade psicológica e social. «Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, que não tenha cultura, mas cada cultura é singular.

Assim há sempre cultura nas culturas, mas a cultura não existe senão através das culturas. (...) Fala-se justamente da cultura, fala-se justamente das culturas. (...) O duplo fenómeno da unidade e da diversidade das culturas é crucial. A cultura mantém a identidade humana no que ela tem de específico; as culturas mantêm as identidades sociais naquilo que elas possuem de específico» (Morin, 2000, pp. 60-61, citado por Silva, 2008, p.49).

Para Cushner e Brislin (1996, citados por Silva, 2008, p.50), «os problemas entre culturas emergem quando as pessoas se deparam com diferenças com as quais não estão familiarizadas e incapazes de falar umas com as outras sobre a situação, reagem: respondem emocionalmente; ficam frustradas; fazem juízos negativos sobre os outros; põem fim à interacção. As pessoas experienciam, assim, fortes reacções emocionais quando os seus valores culturais são violados ou quando determinados comportamentos culturais esperados são ignorados».

Com efeito, as culturas reagem de modo diferente ao uso do tempo pelas pessoas, a orientação espacial... São estes contrastes, estes diferentes culturemas e condutemas que, quando não compreendidos ou aceites, podem estar na origem da deficiente comunicação e relacionamento entre culturas.

A maioria das sociedades actuais caracterizam-se pela sua diversidade cultural, construída não só sobre os indivíduos e pelas suas heranças étnicas mas também por

aqueles que, dentro do mesmo país, foram socializados por grupos diferentes (necessidades especiais, meio rural e urbano, género, classe social, religião...). Cada grupo de socialização específico tem a sua experiência histórica única e as suas relações próprias.

Silva (2008) defende, ainda, que os valores e normas de comportamento variam grandemente de cultura para cultura, muita das vezes contradizendo de um modo radical com o que nas sociedades ocidentais é considerado normal. E prossegue afirmando que «quando indivíduos de diferentes culturas entram em contacto, têm determinadas expectativas sobre os resultados dos seus próprios comportamentos assim como dos outros.» Deste modo, «a dinâmica cultural constituiria, assim, um movimento que, partindo do interior dos grupos, corresponderia à capacidade dos seus membros para se exprimirem e para criarem, permanecendo integrados na sociedade» (Silva, 2008, p. 50).

Entretanto, quando se trata de encontros entre culturas de países diferentes, as tensões que daí resultam sobrepõem-se às sentidas entre a sociedade institucionalizada e a dinâmica cultural da vida quotidiana, confrontando-se simultaneamente entre o herdado e o vivido, o local e o importado. Foi o que aconteceu literalmente com estas bolseiras e imigrantes para quem o encontro da cultura de origem com a nova cultura, imposta no país de acolhimento, surge assim como diferente, sendo marcada pela imposição da cultura dominante sobre a cultura dominada.

As culturas são modalidades passíveis de dar sentido à vida. Podemos também distinguir a cultura como esquemas de conduta sociocultural que podem ser sistematizados.

A cultura é vista como uma superfluidez social que retira frescura e liberdade ao indivíduo. A educação enquanto comunicação entre as gerações também se apoia na substância da cultura. É graças à cultura que a vida humana individual pode ser assumida cheia de sentido. Segundo algumas das teorias, a cultura reside no facto de, na dinâmica sociocultural, as relações sociais caracterizarem-se pela sua não-linearidade, conferindo à realidade social a possibilidade de ela ser permanentemente reinventada.

Quando falamos de um povo culto, referimos um grupo de pessoas que possuem, ao menos numa proporção significativa, um nível cultural elevado, ou seja

conhecimento amplo do tipo artístico, filosófico, humanístico. Na análise sociológica à palavra cultura existe um conteúdo muito distinto. Para o sociólogo, qualquer indivíduo, até o mais inculto, no sentido vulgar do termo, possui uma cultura: porque cultura é tudo o que se aprende socialmente e é partilhado pelos membros de uma sociedade.

Constitui, pois, herança aquela que o sujeito recebe do grupo ao qual pertence. Por cultura entende-se, porém tudo aquilo que o indivíduo é e que não provém da sua herança biológica. O homem tem atrás de si uma acumulação de conhecimentos que são transmitidos ao longo de incontáveis gerações.

Uma cultura reúne uma sucessão de padrões de conhecimento e de normas de conduta pré-fixadas num sistema organizado, comum a todos os membros de uma sociedade. Não consiste por isto numa simples agregação de diferentes elementos: é essencial que a cultura constitua um sistema integrado de traços de comportamento, junto com as ideias e os valores que estão subjacentes a esses comportamentos. Muitos desses comportamentos foram adoptados pela maioria das bolseiras angolanas em Cuba, tendo levado muitas das vezes a uma subcultura. Entende-se por subcultura um grupo de pautas de conduta que tem relação com uma sociedade, mas que não são as mesmas, referindo-se a um conjunto de formas de comportamento, que vão desde a maneira de se vestir até à forma de relacionamento com os demais.

No entanto esta subcultura não deixa de pertencer à nossa cultura geral, ainda que em muitos aspectos parciais se oponha aos seus valores e pautas de comportamento levando, deste modo, a um etnocentrismo cultural ou seja, a cultura da sociedade na qual nos encontramos imersos determina muito mais do que eventualmente se possa crer. E não é somente o nosso procedimento que se vê regulado e canalizado dentro dos limites pré-estabelecidos, também estão os nossos próprios desejos e gostos; inclusive o nosso conhecimento do mundo deriva da realidade através do filtro da cultura que foi dada e transmitida pelos mais velhos (fonte: Consultório Universal do Estudante).

As várias formas de cultura estão de certo modo relacionadas pois a cultura é uma actividade simbólica. A articulação entre culturas é possível não apenas por causa das proximidades ou similaridades de aspecto, mas porque todas as culturas são formadoras de símbolos. Cada grupo tem tendência a considerar que a sua própria cultura é superior à dos demais grupos. O indivíduo sente-se cómodo no seu costume e os elementos culturais que lhes são estranhos não conseguem obter a sua simpatia com

facilidade. O etnocentrismo é, desse modo, originário de uma infinidade de erros de conhecimento e causa, muitas vezes, de comportamentos que podem acarretar consequências muito negativas; no entanto, é incontestável que é benéfico para a coesão interna do grupo (Bhabha 1998, citado por Silva, 2009, p. 2010).

Muitos não poderiam resistir à ausência do etnocentrismo e desenvolver-se-iam caso este não existisse para mantê-los unidos. O etnocentrismo em algumas ocasiões é prejudicial para o desenvolvimento de uma cultura. Esta é, por princípio, dinâmica e havendo oposição aos intercâmbios culturais, poderá ser levada à fossilização, fazendo com que se reproduza a si mesma sem variações e se esvazie, finalmente, de conteúdos. Somente poderemos, definitivamente, compreender os actos dos indivíduos pertencentes a outros grupos se analisarmos de acordo com os próprios sistemas de crenças e valores.

Em quase todas as sociedades existem normas sociais aceites que são violadas com frequência. Assim, definimos os pressupostos fundamentais: se a cultura é uma estrutura de acolhimento, um berço onde cada homem é acolhido comunitariamente, todas as culturas são particularmente positivas; se a cultura é um cuidado com a formação do indivíduo, a estima pela própria cultura é condição do diálogo com as outras culturas neste diálogo, o primeiro passo consiste em afirmar a identidade do outro em detrimento da diferença.

É, porém, preciso um critério de relacionamento a partir do qual se possa dialogar. Assim, parece-nos que podemos afirmar que existe uma dimensão universal da experiência humana, um conjunto de critérios comuns a todos os homens: a exigência de beleza, de justiça, de verdade e de bem. Giussani (2008, p. 126) chamou-lhe “experiência elementar”.

Consideramos que a integração verdadeira no diálogo intercultural requer uma relação recíproca que acontece, antes de mais, entre homens, tradições e culturas. Nas sociedades ocidentais domina, frequentemente, a tendência para considerar o Estado como o primeiro interlocutor destes processos.

Pelo contrário, e pelas experiências que pudemos referir anteriormente, verificamos que o Estado tem o papel de garantir e de promover as condições

necessárias para que os indivíduos, grupos e associações possam dedicar-se a um trabalho inteiro e multicultural.

2. Conceito de descontinuidades

A pluralidade com a aceção de um currículo integrador de diferentes culturas é o princípio que a *continuidade cultural* deve promover.

O trabalho empírico realizado, em contexto educativo real, assume-se como um contributo à compreensão das descontinuidades culturais em situação de aprendizagem linguística, refletindo que, na aprendizagem da escrita em língua estrangeira, a cooperação consciente entre alunos e professor resulta na valorização das prestações de cada elemento, entrega motivada dos alunos e, essencialmente, capacidade de desenvolvimento de técnicas de escrita e de aperfeiçoamento textual.

Para Ogbu (1985, citado por Silva, 2008, p.56), em sociedades relativamente homogéneas, *continuidade* significa ensinar, de uma maneira gradual, as expectativas e responsabilidades culturais ao longo do crescimento. Por sua vez *descontinuidade* significa que a aprendizagem das expectativas culturais e dos papéis se faz de um modo descontínuo.

Desta forma as descontinuidades culturais podem acontecer em cenários informais ou formais. Em qualquer dos casos a descontinuidade pode ter uma função positiva, que é de poder reforçar os valores culturais, a visão do mundo ou a consecução do estatuto de membro do grupo.

Tendo como base o pensamento de Silva (2008) referente à semelhança dos imigrantes, os bolsseiros posicionam-se entre duas culturas: a que lhes é transmitida pela família e a que lhes é proporcionada pela escolarização, a cultura escolar, o clima escolar e o institucionalismo, que constituem fonte de uma transmissão deliberada nos estabelecimentos de ensino. Como consequência, a escola devia conceder a máxima atenção à bagagem cultural que o aluno traz consigo, a fim de preservar a sua identidade cultural e evitar a sua inadaptação.

Ainda segundo Silva (2008), o deslocamento de uma cultura para outra é acompanhada por uma considerável tensão psicológica, por ansiedade, por um conflito

emocional, por problemas na saúde mental, e o risco de isto acontecer será tanto maior quanto mais acentuado for o fosso que separa a cultura antiga da nova.

Segundo Abreu (2012), descontinuidade é um conceito que se estabelece a partir da negação do seu conceito oposto, continuidade.

A relação antagónica explica-se pelo prefixo de origem latina (des): afirmar por negação além de ser uma recorrente estratégia didáctica em muitas circunstâncias, é um jogo de ideologia complexa que revela, em alguns casos, a existência condicionada dos fenómenos, ou seja que constrói a dimensão da sua própria existência pela ausência da outra. «A quebra da continuidade, a rotura no fluxo lógico dos acontecimentos, a frustração ou a suspensão da expectativa causal, estabelecidas pelas informações oferecidas anteriormente, é o que se pode definir como descontinuidade» (Abreu, 2012, p. 54).

3. Abordagem sobre Cultura Bantu

Escrever sobre as origens da qual somos fruto é desafiador pois, em muitos momentos, somos levados ao contexto em questão.

É o caso de Angola em que a sua tradição oral permitiu chegar aos nossos dias a cultura Bantu, definiu-a como o conjunto de convergências culturais constatadas que são constituídas pelo saber e pelas práticas culturais adquiridas durante a transmissão de geração em geração, a maior parte das vezes por via oral ou então pela conservação e ensinamento de costumes e comportamentos, sendo por conseguinte na tradição oral que se encontra a principal fonte das explicações e dos sentimentos que constituem a razão do agir social.

Segundo Raul (1985), o nome Bantu não se refere a uma unidade racial.

A sua formação e migração originaram uma enorme variedade de cruzamentos. Existem aproximadamente 500 povos Bantu. Assim, não podemos falar de uma raça Bantu, mas sim de povo Bantu, o que significa uma comunidade cultural com uma civilização comum e linguagens similares. Depois de muitos séculos de movimentações, cruzamentos, guerras e doenças, os grupos Bantu mantiveram as raízes da sua origem comum.

A palavra Bantu aplica-se a uma civilização que manteve a sua unidade e foi desenvolvida por pessoas de raça negra. O radical *-ntu*, vulgar para a maioria das línguas Bantu, significa homem, ser humano e *ba* é o plural. Assim, Bantu significa homens, seres humanos. Os dialectos Bantu, e existem centenas, têm uma tal semelhança que só pode ser justificada por uma origem comum.

Os povos Bantu, além do semelhante nível linguístico, mantiveram uma base de crenças, rituais e costumes muito similares; uma cultura com características idênticas e específicas que os tornam semelhantes e agrupados.

Fora da sua identidade social, são caracterizados por uma tecnologia variada, uma escultura de grande originalidade estilística, uma incrível sabedoria empírica e um discurso forte e interessante com sinais de expressão intelectual.

As línguas faladas hoje em Angola são por ordem de antiguidade: Bochiman, Bantu e Português. Das três só o Português tem uma forma escrita. Os dialectos Bantu apresentam uma unidade genealógica.

Os Bantu angolanos estão divididos em 6 grupos etnolinguísticos: Quicongo, Quimbundo, Lunda-Tchôkwe, Umbundo, Ganguela, Nhaneca. A adivinhação na região de Luanda é feita de modo simplificado, usando apenas o *muxacato* (pedaço de madeira talhado com várias ranhuras) onde é friccionada uma vara. No nordeste de Angola, a etnia Lunda-Tchôkwe ainda usa o cesto de adivinhação, chamado de *ngombo*, do qual o sacerdote adivinhador retira pequenas figuras esculpidas em madeira, as quais irão determinar a sorte do consulente. Foram estas figuras que resultaram na mais famosa estatueta angolana, “O Pensador”.

É considerada uma obra de arte fidedignamente angolana, uma figura emblemática do país e que aparece inclusive na filigrana das notas de *kwanza*, a moeda nacional. A invenção do Pensador angolano deve-se a um caso destes. Ao conhecer figuras usadas nos ritos de adivinhação, os europeus induziram os africanos a criar uma figura que, de algum modo, se assemelhasse a uma estatuária de origem grega, particularmente cara aos escultores europeus renascentistas, como Leonardo da Vinci, e posteriormente Rodin: o Pensador. Na origem do Pensador estão algumas figuras do cesto de adivinhação (*Tchôkwe*). Se virmos o simbolismo de qualquer uma delas, verificamos que, curiosamente, nenhuma sugere atitude introspectiva, pelo menos na acepção grega clássica.

Katwambimbi é uma dessas figuras. Representa um momento de lamentação (carpideira). O seu aparecimento vaticina infortúnio, se junto dela não surgir outra peça que amenize esse prognóstico. Personagem figurada com as mãos à cabeça está relacionada com feitiços *mbimbi*, com os quais o adivinho previne o consulente contra injúrias, aconselhando o uso de amuletos para defesa principalmente das crianças. A estatueta designada por *kalamba* e *kuku wa Pwo* (ascendente feminino) tem uma das mãos no queixo e a outra colocada sobre o ventre.

Personifica o estado de apreensão, agonia e receio de fantasmas; vaticina mal iminente e pode indicar que o consulente não tem sorte porque esqueceu os seus antepassados (paternos e maternos) ou que uma herança não foi bem repartida pelos seus descendentes.

Estatueta de homem e mulher unidos pode anunciar ao consulente descendência, questões resultantes de dote da noiva não satisfeito, ou lembrar compromissos entre duas pessoas. Se for uma estatueta estilizada representando três, quatro ou cinco pessoas em fila indiana, sobre uma base comum, vaticina um mal apanhado durante viagem ou proveniente de coisas que foram transportadas; com (riqueza), bom prestígio, e com *tchilôwa* (feitiço), é fatídico. Lembra ao viajante que deve respeito aos ídolos que encontrar no seu caminho e que só se pode abordar o feiticeiro quando este estiver sozinho, longe do povoado.

Já uma estatueta de mulher grávida significa recomendação para o consulente construir um altar próprio e usar amuletos propícios à natalidade, como *jinga*, *chisola* ou *ruemba*, para evitar espíritos de mulheres que faleceram durante o parto.

A cultura bantu representa a marca específica das populações da África negra e tem grande influência na vida comunitária em Angola, em particular no contexto rural, ainda relativamente preservado da influência cultural resultante da modernização e da globalização.

No geral, essa cultura é caracterizada por regime de patriarcado e gerontocracia, com prevalência do poder dos homens e dos anciãos, sendo estes considerados fonte normativa da vida da comunidade. Com papel secundário o das mulheres nas sociedades patriarcais. A mulher serve o homem e influi apenas no

contexto privado, na gestão do lar, onde assume função relevante de esposa, mãe e educadora.

Os jovens de ambos os sexos são sujeitos a rituais de passagem para a vida adulta, adquirindo o estatuto de membros de pleno direito; este é um motivo que leva as raparigas a abandonarem a escola por largos períodos e, por vezes, levando mesmo ao abandono escolar total.

Para preservar as tradições culturais, os papéis sexuais e a estabilidade da comunidade, representações sobre a mulher estão predominantemente associadas à maternidade e à função de mãe e de esposa - casar-se cedo, ter-se muitos filhos, ocupar-se da vida doméstica incluindo a lavoura - e a sua pertença à família do marido. As representações sobre a escola oficial são vistas como uma estrutura inútil, sem mais-valias, a não ser para os rapazes, em termos de futuro laboral; opera à margem dos valores culturais da comunidade transmitindo conteúdos inócuos, numa língua estranha, pouco ou nada valorizando a língua materna bantu. Como consequência, a escola é encarada com desconfiança, significando ameaça ao *status* cultural na medida em que pode questionar e confrontar as práticas culturais com outras apropriadas com a dignidade humana.

As actuais populações angolanas são constituídas por Bantus, e por alguns grupos pré-Bantus, um número apreciável de não Bantus e Europeus. Os Bantus tomam uma natural importância por formarem um agrupamento humano numérica e culturalmente muito relevante.

Segundo Altuna (1985), cultura Bantu e a negro-africana brotam, expandem-se e permanecem pela palavra. Fundamentam-se na oralidade. Os Bantus não intelectualizam a palavra, ela e a pessoa que a pronuncia estão unidas. A palavra é a pessoa, compromete-a e empenha-a, torna-se a sua plena manifestação porque exterioriza a sua realidade íntima, é o instrumento maior do pensamento, da emotividade e da acção. Embora se distancie da pessoa, continua a sua realidade.

Os Bantus angolanos pertencem à grande divisão dos Bantus ocidentais, embora haja a assinalar, na zona do sudoeste, uma penetração relativamente profunda de Bantus meridionais, para o norte os Mbundos ou Ovimbundos, até às proximidades dos Bienes e Bailundos. Os Bantus angolanos repartem-se em nove grandes grupos

etnolinguísticos, os quais, por sua vez, se subdividem em cerca de uma centena de subgrupos, tradicionalmente designados tribos.

Neste estudo daremos a conhecer alguns grupos indispensáveis o que, por sua vez, levar-nos-á a uma compreensão cuidadosa do nosso trabalho. Com referência aos grandes grupos neles evidenciando os subgrupos mais importantes, seguem-se alguns dados históricos e socio biográficos que os particularizam, quanto possível, no conjunto genérico bantu e os definem na sua personalidade circunstancial contribuindo também, deste modo, para um melhor conhecimento humano das populações angolanas.

4. Etnias e culturas de Angola

O sentido da cultura de um povo faz-se a partir da sua história e do seu enquadramento geográfico. Angola não é a exceção. Uma concisa abordagem à sua história permite compreender a sua cultura e as transformações que foi sofrendo ao longo dos anos. Para o efeito, baseamo-nos sobretudo nos seguintes autores: J. Rendinha (1974), R. Altuna (1985) e F. Zau (2002)

Angola faz fronteira com Congo, Zaire, Zâmbia e Namíbia, com uma superfície de 1 246 700 km² e uma longa costa atlântica com 1 600 km² do Congo ao Cunene.

A cultura angolana bem como as diversas línguas foram sendo transmitidas de geração em geração.

Zau (2002) refere que os reinos emergem pela implantação num dado conjunto de aldeias, de um poder centralizado na posse de um chefe de linhagem, mercê do poder económico e prestígio conquistados, reunindo à sua volta a comunidade que o respeita.

Os estados que se formaram constituem testemunhos da organização política das comunidades, que se inseriam no território que integra Angola.

A etnia dos Mussocos, atualmente muito cristianizada, situa-se no Nordeste da Lunda junto ao Cuango e pertence ao grupo tchokwe. Os Quicongos, também chamados Congueses, são agricultores tradicionais da antiga agricultura à enxada em estação da chuva, dito matriarcal, constituindo a mandioqueira a sua principal planta de cultivo.

Nas denominadas culturas ricas (aquelas cuja estrutura económica e social de uma determinada etnia já esteja bem definida pelo patriarcal) dedicam-se ao café em considerável escala. Algumas etnias conguesas são muito habilitadas para o negócio, nomeadamente os Cabindas e especialmente os Zombo, com particular habilidade para o comércio.

As quitandas ou mercados constituíram importante elemento da vida conguesa e por ela chegavam a contar o tempo.

As migrações do povo bacongo para o sul da província do Zaire, e das quais descendem os congueses, estão atribuídas ao século XIV e XV. Nas instituições de grande projecção social, toma evidência o clã muito ligado ao terreno agrário sob a proteção dos antepassados, aos quais a terra pertence, embora aos vivos assista o direito de usufruto.

O princípio da “terra clã nica” apresenta implicações de variada ordem com o regime de concessão de terrenos. Os congueses são supersticiosos e extremamente propensos à criação de místicas religiosas; são conhecidas as associações profético-messiânicas de origem exterior, cujos rituais e liturgia obedeciam a uma concepção de tipo misto anímico –cristão.

Entre os antigos Quicongos instituíram os portugueses, a partir do século XVI, um sistema de monarquia de padrão europeu, governado por um rei que mantinha como feudatários, condes, duques e marqueses, senhoreando áreas de território ao modo medieval. Os Quicongos do litoral de Cabinda, atendendo às suas culturas étnicas, afirmam-se por um vivo espírito filosófico.

Nos grupos a sul da província do Zaire, sobretudo entre os Sorongos, tornou-se notável a sua capacidade para a escultura, incluindo um tipo de escultura funerária em pedra que deixou obras de maior interesse, nomeadamente nas regiões de Noqui e do Ambrizete. Foi uma das características da cultura conguesa a confecção de longas e artísticas trompas de marfim cavadas em colmilhos de elefantes, e a confecção de mabelas ou panos de ráfia executados ao tear, a par de outros tecidos; a siderurgia foi também uma típica prática destes povos.

Os lacas sub-grupo congueses foram autores de máscaras de extraordinária expressividade artesanal muito bem esculpidas, hábeis também na chamada arte sacra,

por influência das missões portuguesas que iniciaram a sua catequização no Congo a partir do século XV. Os Cabindas são particularmente propensos para a vida marítima, as profissões de ferreiros, tecelões, oleiros, escultores, de madeira e de pedra, mostram-se muito aptos na confecção de tambores, canoas e outros utensílios de madeira. Revelam-se pouco favoráveis à prestação de trabalhos agrícolas.

Referem-se aos Cabindas como povo particularmente orgulhoso e frívolo, com alguma sensibilidade exagerada e inteligentes. São denominados Maiombe pela sua grande vocação para a caça e pesca, analogia à maior floresta de Angola situada nesta região denominada floresta do Maiombe. Os actos judiciais e as discussões das costumagens jurídicas comprazem os Cabindas, mas deles se diz que são melhores advogados que juízes.

Na concepção de Rendinha (1974), o grupo Quimbundo dominava uma vasta extensão entre o mar e o rio Cuango, excedendo este curso para o leste e transpondo para o sul, o baixo e o médio Cuanza.

A formação dos Quimbundos deve ser considerada posterior ao século XV. O seu xadrez somático é extremamente variado. Os antigos Quimbundos foram notáveis organizadores de estado e contam na sua história ilustres Sobas (que são entidades tradicionais de uma região actualmente também concernentes nas diferentes decisões importantes da região onde estão inseridos) e guerreiros, nomeadamente Ngola, Ginga e os Quingúris dos Bangalas.

A estas entidades relacionam-se nomes de chefes que trouxeram em estado de guerra a região quimbundo, nos séculos XVI e XVII. Sob a autoridade do chefe Ngola, foi instituído pelos Portugueses, no século XVI, o designado Reino de Angola.

Os Quimbundos no geral são bons agricultores de subsistência e de ricas culturas, mostram um espírito institucionalista, em particular na criação de associações mutualistas, a par de outras recreativas e beneficentes. Em Malange, os Ngolas e os Gingas manifestam talento musical e executam esculturas, caracterizam-se por traços fortes da cultura conguesa, particularmente da região dos Dembos, área de antigos estados ali instalados.

Os Luandas expressam, no seu profundo gosto pelos cortejos carnavalescos, uma ascendente propensão para os espectáculos folclóricos mascarados e aparatosos, e foram antigos devotos de um culto à sereia, mormente na ilha de Luanda.

As populações quimbundas do litoral encontram-se muito integradas no tipo de vida dito ocidental. Estes participam nas atividades do estado e dos particulares, praticam em grande parte profissões independentes, artes oficinais e cursos académicos de variado grau. Por essa razão considera-se que a integração cultural do grupo etnolinguístico quimbundo atingiu um desenvolvimento tal que justifica para este ciclo etológico uma classificação de luso-quimbundo.

O grupo Lunda-Quioco ocupa uma extensa área no estado, desde o ângulo direito superior do quadrante nordeste até alcançar a fronteira sul. Caracterizam-se por uma acentuada unidade cultural, revelam-se bons construtores de habitações e muito competentes para o negócio. Os Quiocos integram-se nas atividades comuns. São donos de uma inata capacidade artística e artesanal que lhes facilita a adaptação às mais diversas profissões. Complementam-se com algumas características que não deixam de ser relevantes tais como: o amor às viagens, forte espírito comercial, elevado sentido histórico da vida, comunicativos e francamente sociáveis.

Tudo isto resultou numa sociedade *sui generis*, mesmo no contexto dos outros países africanos colonizados por Portugal, em que coexistem povos de diferentes características e em diferente nível de desenvolvimento. Mais abertos uns, sobretudo os de cultura urbana, a todas as inovações e influências vindas do exterior (aí incluída a língua portuguesa) e outros mais confinados ao mundo rural, conservando praticamente intactas as suas tradições e formas de vida, com línguas próprias (ainda que de comum raiz bantu) e com comportamentos e práticas sociais perfeitamente diferenciáveis no quadro nacional.

É assim inevitável que as manifestações expressivas de uns e de outros se situem muitas vezes em extremos quase opostos, errando apenas quem pretenda estabelecer entre elas hierarquizações ou quaisquer outras escalas valorativas, em vez de reconhecer que nessa diversidade está a verdadeira riqueza cultural do país.

Angola, bem como a grande maioria dos países independentes africanos, é transcultural. Isto quer dizer que abriga em seu território diversas culturas, com línguas,

costumes e origens diferentes que muitas vezes extrapolam as fronteiras políticas estabelecidas pelos europeus no século XIX. País socialista desde a sua independência até ao início dos anos 1990 e assolado por décadas de guerra; de independência e civil. Além do português, língua oficial do Estado, Angola possui outros 42 idiomas regionais. O país é uma exceção dentro do continente africano, pois a língua europeia vem conquistando cada vez mais terreno no meio quotidiano em detrimento das línguas nacionais.

5. Alambamento

Angola é um país pluriétnico multicultural. Feito um breve reconhecimento socio-histórico sobre alguns grupos relevantes de etnias e culturas de Angola, e uma vez que estamos a falar de mulheres vale a pena descrever a mais antiga tradição e que sobrevive ainda hoje.

O alambamento (pedir a mão da noiva) é todavia uma tradição cultural bastante forte e, segundo consta, chega mesmo a ser mais importante que o casamento civil ou religioso.

Segundo Clara (2010), o alambamento consiste numa sucessão de rituais tradicionais, como por exemplo a entrega de uma carta cujo conteúdo deve constar o pedido da mão da noiva, ofertas em bens e por vezes dinheiro.

Quando o jovem casal de namorados decide casar, é necessário ter o consentimento da família da noiva e para tal é preciso que durante a reunião familiar toda a família chegue a um consenso.

Os nubentes marcam o dia do pedido, este dia é marcado pelos tios da noiva, a família volta a reunir-se, é dada uma lista contendo o que o noivo tem de conseguir reunir até à data do pedido. Esta lista contém diversos itens de consumo, apesar de serem normalmente os mesmos para toda a gente, mas pode variar consoante a origem e etnia da família da jovem em questão. O dia do pedido está marcado e o noivo tem o desafio de reunir milimetricamente todos os itens solicitados pela família da noiva porque nada pode faltar. Só para citar alguns insólitos artigos como: um envelope com

dinheiro cujo valor é estipulado pelos tios, um lenço de bolso de cor branca que, outrora, significava a pureza da noiva.

Trata-se de uma lista elaborada pelos tios, aonde consta uma relação de artigos que o noivo tem de comprar para oferecer à família da noiva, como recompensa pelos gastos feitos com ela desde o seu nascimento até ao dia do casamento.

A altura da noiva em grades de cerveja, a altura da noiva em paletes de sumos etc., ou seja quanto mais alta for a noiva maior o número de caixas de sumos ou cerveja; um cabrito, um fato para o tio mais velho, um par de sapatos para a mãe. Basicamente, é um dote que representa um bem valioso porque quanto maior for o dote maior prestígio terá a noiva.

Caso a noiva se encontre grávida no momento da cerimónia os valores referidos no envelope aumentam drasticamente, usualmente o termo utilizado «é saltar a janela» (o que quer dizer que supostamente o noivo faltou respeito aos familiares da noiva ao engravidá-la antes do pedido).

Chegado o dia, o noivo, acompanhado pela sua família, vai a casa da noiva e o tio mais velho da mesma, como se de um juiz se tratasse, apresenta todos os membros da família e informa a todos que se vai dar início ao pedido tradicional (alambamento). Os pais da noiva convidam os pais do noivo a entrar e o tio dá início à leitura do pedido apresentado pelo noivo. Caso o pai da noiva aceite as condições, o noivo terá de apresentar o dito alambamento ou seja todos os artigos referidos na lista aquando a primeira reunião. Não pode faltar nada uma vez que é calculado um período para que o noivo reúna tudo o que foi pedido na lista. Ritual efectuado, marca-se então a data do casamento e, por norma, realiza-se o civil e o religioso no mesmo dia.

6. Função social da mulher angolana nos sectores rural e urbano

A figura da mulher angolana aparece aqui com dois objectivos principais. O primeiro é de carácter mais geral: o facto de ser ela a continuação da linhagem, apesar de nem sempre ter sido feito um estudo sobre a mesma. O segundo prende-se com o facto de ter sido ela que sempre transmitiu todos os usos, costumes e vivências aos seus

descendentes. Por esta razão ainda hoje é possível traçar um retrato daquilo que foi e, nalguns casos, continuará a ser espelho da cultura e etnografia angolana. Através desta é possível passar o conhecimento da cultura tradicional.

Conforme Silva (2009), a urbanização da sociedade africana tem feito emergir uma nova visão da mulher associada à sua capacidade de participar socialmente e de gerar rendimentos.

Este acontecimento pode conferir-lhe um estatuto social anteriormente negado. Mas, ainda assim, fruto da influência cultural ancestral, no meio rural, não se observa uma verdadeira igualdade entre géneros, estando cada um consciente do seu papel. Encara-se a mulher como elemento supletivo nas sociedades rurais matriarcais, pois são dependentes da agricultura praticada pelas mulheres, que detêm grande prestígio.

As mulheres africanas tradicionais, responsáveis pela economia familiar, possuíam poder económico e influência política. O colonialismo trouxe perda de *status* das mulheres com repercussões nos dias de hoje. Registam-se, actualmente, tímidas reacções destas na tentativa de o restaurar, mas não conseguem chegar mais longe devido às imposições da tradição e aos estereótipos que as remetem para segundo plano. A cultura tradicional africana foi sendo alterada por introdução de elementos da colonização e, mais recentemente, da globalização cultural, registando-se a sua descaracterização.

Estas alterações repercutiram-se nos vários domínios da vida social, mas a persistência dos rituais de iniciação no meio rural, que têm ajudado a reafirmar os valores culturais tradicionais, têm contribuído para a preservação dos traços essenciais das identidades locais. Na era colonial, muitos rituais foram suprimidos pelas políticas coloniais e pela igreja católica na tentativa de aniquilar as culturas das comunidades, consideradas atrasadas ou atentatórias da moral cristã; porém a insistência nas tradições tornou os rituais num fenómeno cultural sólido no meio rural.

A resistência cultural, na percepção de Cabral (1999, citado por Silva, 2009, p.2406), é a de que o meio rural contribuiu grandiosamente para a preservação das tradições, entre as quais os rituais iniciáticos através dos quais os jovens de ambos os sexos adquirem o estatuto de adultos e o respeito da comunidade.

Esses rituais constituem verdadeiras “escolas da vida” mas alguns integram práticas que, à luz dos princípios da dignidade humana e da igualdade, podem ser consideradas indignas, merecendo, por isso, crítica e repúdio.

Na sociedade angolana vigoram representações sociais sobre a mulher, construídas por diferentes factores referenciados por valores ecléticos que permeiam o contexto urbano e face à tradição vigente no contexto rural. Nesta ordem de ideias é de extrema importância mencionar algumas representações sociais sobre a mulher em Angola no meio rural e no meio urbano. Para o efeito tomamos como referência Silva (2009).

Meio Rural:

- Valores culturais tradicionais da autonomia e importância social da mulher.
- Manutenção dos ritos de passagem como forma de legitimar o papel social da mulher na comunidade.
- Diferenciação marcada de papéis sexuais reservando à mulher destaque no contexto doméstico.
- Educação escolar como perda de tempo (não produtiva, não valoriza a tradição).
- Acesso à escola dificultado pela distância, escassez de recursos e equipamentos.
- Representações sociais sobre a mulher: submissa ao serviço do homem, mãe e doméstica.
- Dependência da mulher reforça o seu estatuto e credibilidade.
- Valor da mulher associado ao casamento, à maternidade e vínculo à família.

Meio Urbano

- Valores culturais tradicionais limitados da autonomia e importância social da mulher.
- Valores culturais sincréticos (liberais) favoráveis à expressão da liberdade e afirmação da mulher.

- Os ritos têm sido paulatinamente abandonados por influência do modo de vida urbano.
- Reconhecimento da igualdade de género e diluição de papéis, favorecendo a expressão da igualdade de género.
- Representações sobre a mulher: igual em direitos, participantes da renda familiar.
- A mulher afirma o seu valor por mérito próprio e conquista o seu espaço social.
- Escolarização da mulher é importante como factor de afirmação social e de emancipação.

7. A colonização portuguesa e as suas implicações no ensino geral em Angola

Em Angola, tal como em África em geral, o conhecimento era tradicionalmente transmitido às novas gerações através dos ritos de iniciação e das diferentes formas de educação tradicional. Esta emissão foi alterada pela colonização que, com as políticas assimilacionistas, tratou de impor o modo de vida europeu aos africanos.

A escola colonial, baseada na política educativa colonial, pactuou no sentido de combater a escola tradicional africana e desprestigiar os detentores do conhecimento tradicional.

Actualmente, reconhecendo a importância do património cultural representado pela sabedoria popular e pelas práticas de educação tradicional, os governos africanos tentam adoptar políticas culturais para resgatar o capital de conhecimento e de cultura acumulados nas aldeias para que não ocorra a perda do património cultural tradicional, pois é sabido que “nas sociedades tradicionais, quando morre um ancião perde-se uma biblioteca” (Ba, 1972, p.23).

Segundo Vieira (2007), quando a primeira delegação chefiada por Diogo Cão, em 1482 chegou à foz do rio Zaire, encontrou um povo administrativamente organizado, com um rei, uma capital (M'Banza Congo), uma população superior a 100 mil habitantes e com uma economia baseada na agricultura.

A primeira povoação na colónia de Angola formada por colonos foi em Luanda com os seus 400 soldados e 100 famílias de colonos, ou seja, a capital angolana tinha cerca de 400 famílias europeias e um número maior de africanos.

Os colonizadores portugueses após a sua fixação neste novo território pretendiam iniciar o ensino e a evangelização destes povos.

Desta feita o colonialismo implantou-se não só pela força das armas, mas procurou implementar-se também pela doutrina cristã ou cristianismo; os missionários pretendiam doutrinar as populações para mais facilmente as submeter tendo sido forçados a aceitar a crença e o ensinamento católico.

Este período foi marcado por uma forte ligação entre a Igreja Católica e o Estado português que estava mais preocupado com o ensino da religião aos indígenas de Angola do que com a sua instrução.

Todos estes factos históricos demonstram o quanto esta população era educada; assim sendo, apesar de este povo não ter o domínio da escrita na altura, é de uma certa maneira egoísta pensar-se que o povo que habitava Angola não praticava a educação. Também não corresponde a uma verdade histórica afirmar que a educação nesta parte do continente começou com o processo colonial.

Com a proclamação da Independência de Angola pelo MPLA, os objectivos imediatos do novo regime consistiam na destruição dos marcos do regime colonial e na construção imediata de um novo país, social, político e economicamente diferente de forma a servir os milhares de angolanos que tinham sido excluídos, discriminados e explorados pelo regime colonial.

Tendo em conta que a situação herdada do colonialismo, principalmente no campo da educação, não era das mais favoráveis, e consciente do alto nível de analfabetismo existente na sociedade angolana na altura, uma das primeiras medidas a ser implementada, a nível nacional, foi o combate ao analfabetismo. Indicadores do Ministério da Educação publicados na revista *Novembro*, apontavam que cerca de 85% da população do país (Angola) era analfabeta e mesmo entre os alfabetizados muito poucos possuíam qualquer qualificação e só uma maioria não significativa possuía uma qualificação profissional.

8. A trajetória das bolseiras angolanas em Cuba, desde o país de origem até ao país de acolhimento “Ilha da Juventude”

Dado a inexistência de trabalhos sobre esta temática, o texto deste ponto do trabalho baseia-se no nosso conhecimento pessoal em informações recolhidas junto de outros bolseiros.

O primeiro grupo de bolseiros angolanos partiu para este país sul-americano - Cuba - pela urgência na época de formar quadros, em Março de 1977. Era composto por 800 estudantes de ambos os sexos, alguns dos quais partiram de barco e outros de avião. Chegando à capital do país, Havana, eram submetidos a uma bateria de exames médicos, posteriormente levados para a Ilha da Juventude (ver anexo nº1) onde eram distribuídos em função do grau académico e idade, nas sete escolas angolanas existentes. Começava assim o ensino preparatório e a instrução da língua espanhola. O regime institucional baseava-se em dois objectivos fundamentais: *campo e docência* traduzida em trabalho e estudo sem receio de certas barreiras a encontrar como o clima, a língua, a cultura, definidos em função do crescimento científico e com o objectivo de criar e consolidar as bases para inserção no mercado de trabalho.

A cultura, tradição, hábitos e costumes passam de geração em geração; são não só a forma vital de um povo que resiste e combate a opressão como também a passagem de testemunhos. Esta transição é um processo ininterrupto que corresponde ao epicentro da passagem de testemunho entre as gerações.

Nos anos seguintes havendo a necessidade do Estado criar mecanismo processuais de assegurar os serviços competentes, é criado o Instituto Nacional de Gestão de Bolsa de Estudo, abreviadamente designado por INAGBE.

9. Organismo do Estado angolano responsável pela gestão de Bolsas de Estudos

Trata-se de um instituto público, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Tem ainda a missão de materializar a política nacional de apoio aos estudantes que frequentam uma formação de nível médio e superior através da concessão de bolsas de estudo, e em coordenação com as respectivas

fontes de financiamento, nos termos das disposições combinadas dos Artigos 3º e 23º, ambos do Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior aprovado pelo decreto presidencial nº 233/12, de 4 de Dezembro (ver anexo nº2). Esta Entidade exerce várias funções entre elas:

- Celebrar protocolos de cooperação com organizações nacionais e internacionais, em matéria de bolsas de estudo, com devida anuência do titular do Departamento Ministerial de tutela; informar cada Governo provincial, os candidatos seleccionados a bolsas externas ou internas e por sua vez cada município, a fim de respeitar o regulamento que se aplica ao processos de recrutamento e selecção de candidatos a bolsa de estudo; atribuição de subsídios; acompanhamento de bolseiros angolanos no exterior do país a expensas do estado, que preencham os requisitos estabelecidos no presente regulamento.

- Para além do disposto nas normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior, são princípios específicos aplicáveis na gestão das bolsas de estudo externas os seguintes:

- a) Participação do Estado na cobertura dos encargos inerentes à formação do estudante bolseiro angolano no exterior do país.

- b) Comunicação directa, segura e regular entre o estudante bolseiro externo angolano e o Instituto Nacional de Gestão de Bolsa de Estudo (INAGBE).

- c) Confiança mútua, estabelecida entre o Estado Angolano através do órgão de tutela do ensino e o estudante bolseiro externo angolano e entre ambos e as autoridades do estado anfitrião.

- d) Equidade e justiça na distribuição de bolsas de estudo externas e na selecção dos beneficiários por cada uma das 18 (dezoito) províncias do país.

Explanados alguns princípios específicos relevantes na gestão das bolsas de estudo é de grande importância conhecer os objectivos da concessão das bolsas de estudo externas concedidas ao cidadão nacional que se desloque para um determinado país estrangeiro devidamente seleccionado e autorizado pelo INAGBE, na base de um contrato anualmente renovável, para a frequência e conclusão dos estudos de graduação (licenciatura) ou pós-graduação (mestrado e doutoramento) por uma duração

correspondente e prevista no sistema educativo do país anfitrião, princípios estes que permanecem na actualidade.

- Apoiar a formação de quadros e técnicos nacionais a nível da graduação, pós-graduação e especialização em áreas estratégicas para o desenvolvimento político, económico, social e cultural do país.

a) Complementar o esforço desenvolvido a nível do país na formação de quadros e técnicos nacionais.

b) Criar condições para o reforço da capacidade nacional de formação de quadros e técnicos nacionais.

c) Estimular o sucesso, o mérito e a excelência académica e profissional dos cidadãos nacionais em cada uma das 18 (dezoito) províncias do país (Diário da República 1ª Serie nº116).

SÍNTESE

É neste contexto de bolsas de estudo e de políticas de cooperação internacional, especificamente no presente caso com Cuba, que se situa o estudo empírico que se segue, cujos participantes se caracterizam, maioritariamente, por uma cultura muito vinculada às referências tradicionais do país.

II - ESTUDO EMPÍRICO

*“Se fizermos do projeto uma camisa de força para todas as atividades
Escolares, estaremos engessando a prática pedagógica”*

(Almeida, 2001, p.58)

1. Metodologia

Tuckman (2012) esclarece que a investigação é uma tentativa sistemática de atribuição de respostas às questões. Tais respostas podem ser abstractas e gerais, como é muita das vezes o caso na investigação fundamental, como acontece na demonstração ou na investigação aplicada. O investigador descobre os factos e formula, então, uma generalização baseada na interpretação desses factos.

Os objectivos deste capítulo são: a) a descrição dos procedimentos realizados para o estudo empírico; b) justificar preferências tomadas; c) dar resposta à questão de partida da nossa investigação assim como ao objectivo definido.

Apesar do tema numa etapa inicial ter uma carga emocional especial para a investigadora deste trabalho, o mesmo remete-nos a desmistificar aspectos importantes e relevantes e daí também o interesse em aprofundar esta investigação. Esta opção baseia-se na importância do tema: dar a conhecer à sociedade em geral a realidade vivida num determinado contexto pelas bolseiras angolanas estudantes em Cuba.

Dada as características deste estudo parece-nos poder afirmar que a metodologia utilizada enquadra-se num desenho qualitativo – questionário piloto -, apoiado em vivências, testemunhos e experiências de vida. Contudo, não se excluiu completamente qualquer abordagem quantitativa uma vez que utilizámos gráficos e percentagens para o tratamento de determinados resultados. Os participantes pretendidos para o nosso estudo são as antigas bolseiras angolanas em Cuba, à partida seleccionadas tendo em conta a idade e o ano em que partiram para este país.

Flick (2005) corrobora que a investigação qualitativa não se baseia numa concepção teórica e metodológica unitária. A sua prática e as suas análises são caracterizadas por diversas abordagens teóricas e respectivos métodos. As opiniões de cada sujeito são o ponto de partida; uma segunda linha de investigação estuda a construção e o desenvolvimento das interacções, enquanto a terceira procura reconstruir as estruturas do espaço social e o significado latente do costume. A investigação qualitativa é particularmente importante para o estudo das relações sociais, dada a pluralidade do universo de vida.

2. Instrumento e procedimentos

Tuckman (2012) refere que os questionários e as entrevistas ajudam os investigadores a transformar em dados a informação directamente recolhida das pessoas sujeitos da investigação. Constituem também instrumentos que põem em evidência as experiências ocorridas na vida das pessoas (biografia) e o que está a decorrer em dado momento.

O questionário é um instrumento de investigação, mais precisamente para recolha de dados, sobretudo interrogando-as e não observando-as, para recolher amostras do seu comportamento, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. O questionário pode ser enviado por correio ou por um portador, sendo entretanto devolvido ao investigador. Junto com o questionário deve ser enviada uma nota explicativa da natureza da pesquisa, da sua importância, tentando-se captar o interesse do receptor em responder e cumprir em prazo solicitado a devolução dos questionários respondidos.

Selltiz (1965) aponta como factores possíveis que influenciam a recepção dos questionários respondidos a forma atraente, a extensão, a nota que o acompanha, o tipo de classe de pessoas a quem é enviado, a facilidade no seu preenchimento.

No mês de Agosto de 2014 deslocámo-nos até à capital angolana, recorreremos à maior associação de ex-estudantes angolanos em Cuba (denominados Caimaneiros) onde explanámos o objectivo da nossa visita àquela associação. Mostraram-se bastante familiarizados com o tema o que levou a uma motivação contagiante dos inquiridos, o que facilitou bastante a recolha de dados importantíssimos para a nossa investigação.

Foi aplicado um questionário no qual utilizámos determinados questões entre elas: específicas e não específicas, afirmativas, e as questões com respostas pré-determinadas e com chave de respostas, bem como os correspondentes processos de resposta. Tivemos muito em conta as questões directas e indirectas, este último em maior número para a recolha de informação relevante para o nosso estudo e também pensando na possibilidade de adquirir respostas francas.

Tivemos em conta a possibilidade das respostas não estruturadas e abertas (ver anexo nº1). O questionário foi elaborado pela investigadora e aplicado no período entre 20 de Agosto e 22 de Setembro de 2014 na cidade de Luanda, Angola, na Associação de Ex -bolseiros angolanos em Cuba – *Caimaneiro*. A abordagem ao tema foi bastante bem auferida pelos inquiridos. Isto possibilitou-nos a recolha de 2 textos escritos numa questão de resposta aberta (Questão n.º 10) que pelo seu conteúdo enriquecedor e detalhado decidimos considerar como “Testemunhos” e ainda como instrumento dos quais retirámos valor acrescentado ao estudo em questão.

3. Participantes

Para a escolha dos nossos participantes tivemos em conta alguns critérios como: a) a idade com que abandonaram o país de origem; b) o tempo de permanência no país de acolhimento; c) o aproveitamento escolar.

As participantes desta investigação são todas ex-bolseiras estudantes provenientes das 18 províncias de Angola. Centrámos-nos no facto das inquiridas estarem em Cuba e não nos diferentes *status* sociais que actualmente vigoram, dando o maior enfoque na informação prestada no período em que foram bolseiras.

As inquiridas correspondem a uma amostra de conveniência que seleccionámos intencionalmente: indivíduos de fácil acesso, uma vez que, actualmente, existe uma associação, citada anteriormente, sem fins lucrativos que se rege por um estatuto (ver anexo nº 3), que contribuiu para uma acessibilidade melhor com as inquiridas.

Foi possível inquirir as seguintes ex-bolseiras: 2 que partiram para Cuba em 1979; 5 em 1985; 7 em 1987; 9 em 1988; 12 em 1989 e 14 em 1990. No total, responderam ao questionário 49 participantes.

Através da tabela seguinte podemos analisar as respostas ao estudo. Da análise dos resultados pudemos retirar várias conclusões que serão abordadas posteriormente.

III. ANÁLISE DOS DADOS

Quadro 1

O quadro que se segue representa o registo dos resultados das questões inquiridas no questionário piloto.

Nº	D.NASC.	Partida	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9
A1	1967	1979	35	12	B	N	N	N	N	N
A2	1973	1985	41	12	P	S	N	S	N	S
A3	1975	1987	39	12	L	N	N	N	N	S
A4	1977	1989	37	12	P	N	N	N	N	S
A5	1977	1989	37	12	D	N	N	N	N	S
A6	1974	1987	40	13	L	N	N	N	S	N
A7	1977	1990	37	13	D	N	N	N	S	S
A8	1977	1990	37	13	D	N	N	N	S	N
A9	1977	1990	37	13	B	S	N	N	S	N
A10	1976	1989	38	13	L	N	S	S	N	S
A11	1976	1989	38	13	P	S	S	S	S	N
A12	1972	1985	42	13	P	S	N	S	N	N
A13	1972	1985	42	13	D	N	N	N	N	S
A14	1975	1988	39	13	P	N	S	N	S	S
A15	1975	1988	39	13	D	S	N	S	S	S
A16	1975	1988	39	13	B	N	N	N	S	N
A17	1977	1990	37	13	B	S	N	S	S	S
A18	1971	1985	43	14	L	S	N	S	N	N
A19	1975	1989	39	14	P	S	S	S	S	N
A20	1975	1989	39	14	L	N	N	N	S	N
A21	1973	1987	41	14	D	N	N	N	N	S
A22	1974	1988	40	14	L	N	S	N	N	S
A23	1976	1990	38	14	L	N	N	N	S	N
A24	1970	1985	44	15	B	S	N	S	S	N
A25	1972	1987	42	15	B	N	N	N	S	N

Legenda

- D** Desistência
B Bacharelato
L Licenciatura
P Pós Graduação
M Mestrado

Nº	D.NASC.	Partida	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9
A26	1972	1987	42	15	B	N	N	N	N	S
A27	1972	1987	42	15	D	S	N	S	N	S
A28	1974	1989	40	15	B	S	N	S	N	N
A29	1974	1989	40	15	L	N	S	S	S	N
A30	1975	1990	39	15	L	S	S	N	N	N
A31	1975	1990	39	15	L	S	N	S	S	N
A32	1974	1989	40	15	L	N	S	S	N	S
A33	1975	1990	39	15	P	S	S	N	S	N
A34	1975	1990	39	15	D	N	N	N	S	N
A35	1975	1990	39	15	D	S	N	S	S	S
A36	1973	1988	41	15	B	S	N	S	N	S
A37	1973	1988	41	15	B	N	N	N	N	S
A38	1973	1988	41	15	P	S	S	S	N	N
A39	1973	1988	41	15	L	S	S	S	N	S
A40	1975	1990	39	15	L	N	S	N	N	N
A41	1975	1990	39	15	L	N	N	N	N	N
A42	1975	1990	39	15	B	S	S	N	S	S
A43	1971	1988	43	17	D	S	N	S	S	N
A44	1972	1989	42	17	D	S	N	S	N	S
A45	1972	1989	42	17	L	S	S	S	N	S
A46	1972	1989	42	17	L	S	N	N	N	N
A47	1962	1979	52	17	B	S	N	N	N	S
A48	1973	1990	41	17	B	S	S	S	S	N
A49	1969	1987	45	18	L	S	S	N	S	S

Tabela nº1- Dados do Questionário

Legenda das Questões da Tabela

- Q1** Data de Nascimento
Q2 Idade
Q3 Que idade tinha quando foi estudar em Cuba
Q4 Indique as suas habilitações académicas

-
- Q5** Conhece as manifestações culturais da sua região de origem?
- Q6** Receber notícias/informações sobre Angola era de fácil acesso
- Q7** Considera que lhe foram transmitidos os valores totais ou parciais da sua cultura na época de estudante
- Q8** De que forma as manifestações culturais praticadas em Cuba durante a época estudantil foram suficientes para dar continuidade à cultura angolana.
- Q9** Teve dificuldades de integração cultural na sua região após ter regressado de Cuba?
-

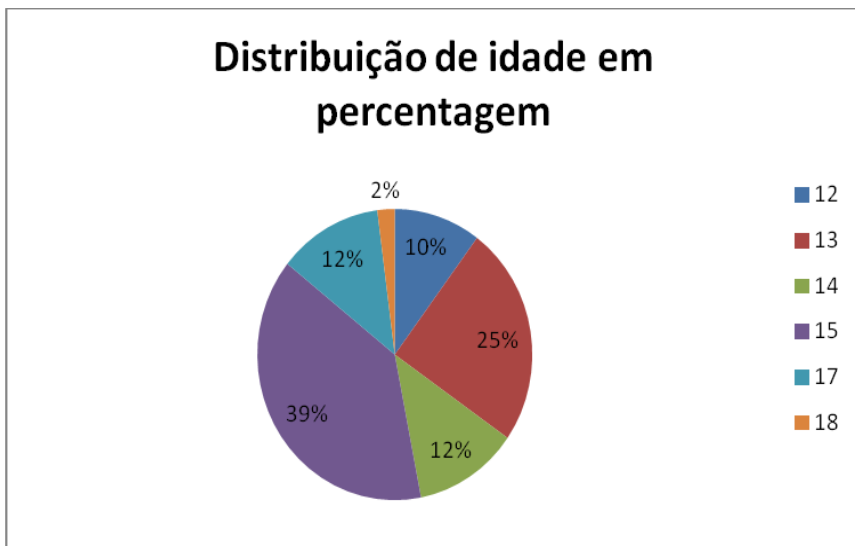


Gráfico circular n°1- Idade das ex-bolseiras nas décadas de 1970 a 1990

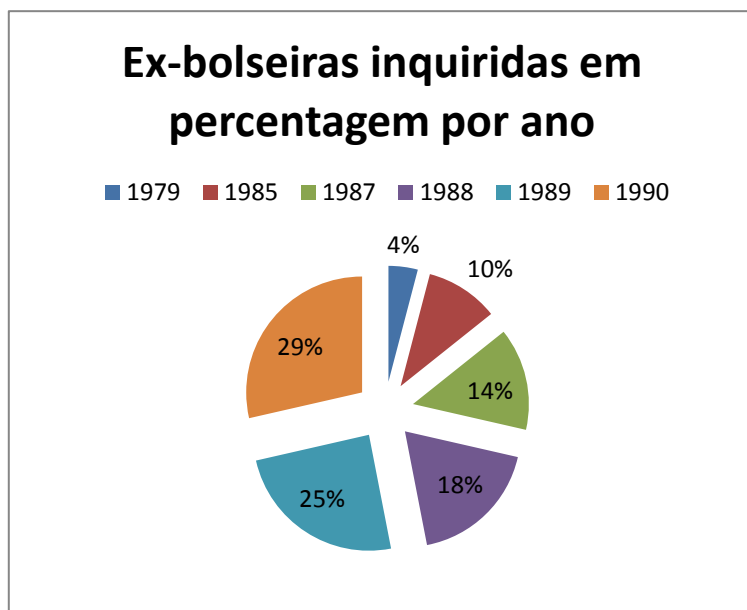


Gráfico Circular n°2: Bolseiras Angolanas em Cuba

Podemos aferir dos gráficos acima que existe uma abordagem clara da correlação existente entre a distribuição da percentagem por idade e por ano de partida. Nestes gráficos, podemos observar que existe uma maior percentagem de inquiridos nos anos mais recentes comparativamente com os primeiros anos de aquisição de bolsas de estudo. Esta notória diferença prende-se essencialmente com a facilidade de acesso à informação de registos actualizados de alunos que posteriormente tiveram a oportunidade de aceder a estas bolsas. Adianta que a facilidade de acesso à informação permitiu o contacto directo com as ex-bolseiras dos anos mais recentes do que as ex-bolseiras dos anos anteriores, ou seja existe uma correlação positiva entre a informação disponível sobre as bolseiras e a sua antiguidade.

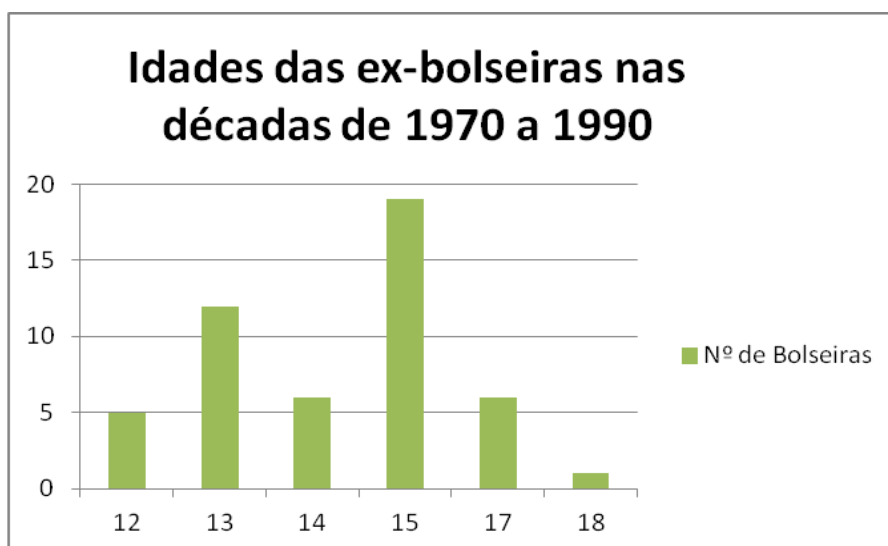


Gráfico de barras nº1 Idade das ex-bolseiras nas décadas de 1970 a 1990

Um dos factores que contribuiu largamente para uma maior descontinuidade cultural destas bolseiras, está intimamente relacionado com a idade precoce com que as bolseiras abandonaram o seu país de origem. A cultura africana assiste à transmissão dos hábitos, costumes e rituais como uma herança passada dos mais velhos para os mais novos, ou seja, tradição oral ou conhecimento oral onde a cultura material e tradição é transmitida oralmente de uma geração para outra. As mensagens ou testemunhos são verbalmente transmitidos em discurso ou canção e podem tomar a forma, por exemplo, de contos, provérbios, canções ou cânticos.

Sendo assim, considera-se pois que é na tradição oral que se alicerça a identidade cultural mais profunda de um povo. O afastamento da mesma provoca um

analfabetismo cultural na medida em que origina descontinuidades na tradição oral. Ou seja, na impossibilidade de uma sociedade transmitir a história oral, literatura oral, a lei oral e outros saberes entre as gerações, sem um sistema de escrita existe uma descontinuidade cultural, sobre a qual recai este estudo.

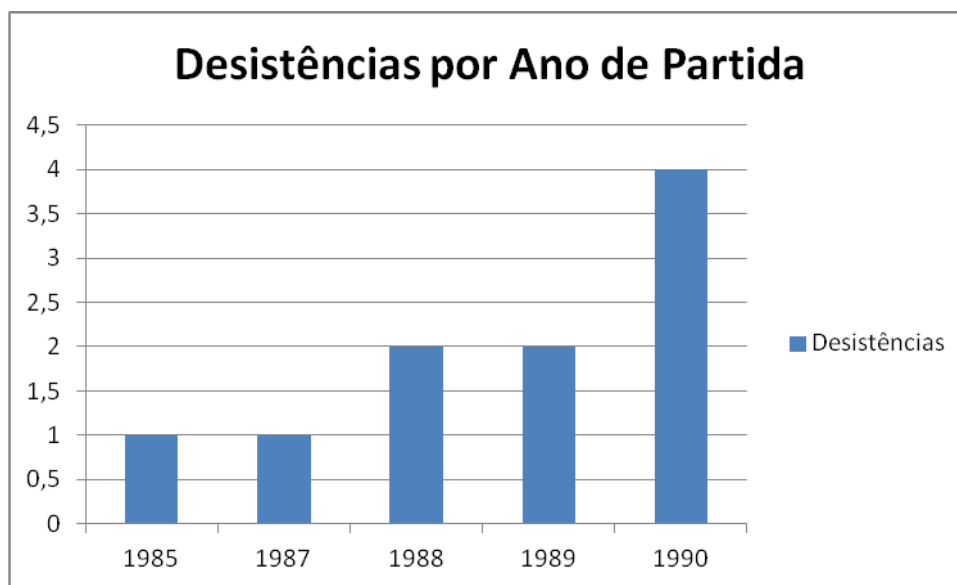


Gráfico de barras n.º2: Desistências por ano de partida

Analisando o gráfico pode-se dizer que apesar de ser uma década privilegiada em termos de informação e algumas facilidades, é nesta época que se regista maior número de desistências como se pode observar no gráfico acima apresentado.

Das ex-bolseiras inquiridas que não tiveram acesso à informação e não se sentiam razoavelmente integradas, podemos verificar que houve maior aproveitamento quer seja cultural como académico das bolseiras mais recentes, nomeadamente da década de 1990, isto porque tinham mais apoios das bolseiras mais antigas e de algumas organizações não-governamentais, o que facilitou significativamente o acesso a informação sobre o país de origem. A Associação de Pais dos bolseiros angolanos em Cuba na década de 90 do séc. XX teve um papel fundamental no aporte da informação sobre cultura angolana e outros conteúdos relevantes, o que não aconteceu nos anos anteriores.

Ao realizarmos uma análise profunda e rigorosa dos textos escritos que recebemos dos questionários – testemunhos -, podemos constatar que os mesmos textos comprovaram os elementos solicitados em algumas questões do nosso questionário reforçando, ainda, a informação pretendida. Trouxeram-nos novos dados relativos à informação sobre uma carência de orientação para a cultura de origem. Este último elemento remete-nos para a nossa questão de partida: As bolseiras angolanas em Cuba por diversos factores deram origem a descontinuidades culturais.

Como referimos anteriormente, a pertinência e a relevância de alguns testemunhos levaram-nos a transcrever alguns deles, uma vez que a «voz escrita» destas hoje mulheres constitui o melhor instrumento de análise de conteúdo das meninas que já foram bolseiras.

Testemunho I

No dia 28 de Agosto de 1989, numa manhã de Agosto, ao despedir-me dos meus pais e familiares, nunca pensei que, além de deixar na minha terra natal, família, amigos, colegas, professores, estava também a deixar a minha cultura e parte da minha identidade. É óbvio que com apenas 11 anos de idade, prestes a enfrentar as contradições de uma etapa feroz como a adolescência tendo em conta os processos psicológicos que caracterizam este período, julgava que me estava simplesmente a libertar das proibições e da constante “sobre proteção” por parte dos meus pais.

E assim fui, feliz, sobretudo porque me fazia acompanhar de mais 3 irmãos. No entanto, o tempo foi passado com enormes dificuldades, em todos os aspetos. Chegámos a Cuba justamente no ano em que os Estados Unidos da América decidiram bloquear todos os países que estabelecessem qualquer relação com Cuba – fase que os cubanos decidiram denominar por “Período Especial” e que já leva 2 décadas.

Entre todas as minhas vivências o meu primeiro grande dilema aconteceu uns anos depois, quando se aproximava a celebração dos meus 15 anos, momento tão desejado por todas figuras femininas cubanas (e também de outros países latinos) e também esperado pela família em geral. A celebração dos 15 anos – a “Quinceañera” – para uma mulher cubana significa a liberdade total, a entrada na chamada idade

adulta em tudo o que isso simboliza... É sinal que, a partir daquele momento, a mulher é responsável pelos seus actos, está livre para tudo que era antes ilícito.

Como estudantes inseridos naquela sociedade fomos literalmente protagonistas da grande cerimónia, sem direito sequer a recusar tal ato, sem que pudessem ser considerados os vários rituais, hábitos e costume do nosso país de origem. O normal em Angola seria que nesta altura aprendêssemos o que era genuíno em nós, ainda que fosse apenas de uma forma teórica... Estas vivências não as tiveram, e o tempo é irreversível; parte dos nossos hábitos, costumes e rituais foram-nos literalmente omitidos!

Testemunho II

Uma das memórias que tenho de Cuba, (Ilha da juventude) foi num mês de agosto começavam as nossas férias literalmente felizes numa daquelas manhãs todos numa fila indiana nos dirigíamos nos autocarros rumo a uma das milhares de lindas praias mas aquela (Yagrumas negras) ficou-me marcada pela fatalidades o meu colega morreu afogado vivia-se uma verdadeira Herman dade entre nós, solidários uns com os outros o regresso à escola já não foi com o mesmo entusiasmo, eramos todos pré-adolescente sem saber o que fazer, lembro-me de estarmos todos a volta do beliche as mais crescidas a entoarmos algumas canções bíblicas surgiram-me muitas perguntas tinha eu 14 anos entre elas si tratava de um velório, foi muito difícil esquecer, não me lembro termos uma orientação sobre os nossos verdadeiros rituais diante daquela situação.

Parece-nos poder concluir, a partir destes testemunhos, que o sentimento de desenraizamento de uma cultura, que se recorda mas na qual não se encontra efectivamente imerso, foi causa de desorientação e quase de orfandade quanto às rotinas e aos hábitos que se adquirem, normalmente, por continuidade cultural.

1. Limitações do Estudo

Dada a novidade do tema as limitações mais significativas foram a nível de bibliografia, a distância geográfica com os inquiridos, o agitar com as dolorosas recordações em alguns casos e o tempo muito limitado dadas as nossas obrigações quotidianas e profissionais.

2. Síntese dos Resultados

Depois de termos analisado o instrumento aplicado na nossa investigação, parece-nos poder determinar algumas das causas que poderão dar origem a uma descontinuidade total ou parcial da cultura de origem das bolseiras angolanas estudantes em Cuba nas décadas de 1970 a 1990 e que passamos a citar:

- As idades precoces no momento da partida para Cuba foram um factor primordial nas descontinuidades culturais destas bolseiras.
- Uma carência extrema no acompanhamento da cultura de origem.
- As limitações na comunicação com os familiares a fim de manter a interacção cultural.
- Falta de acesso a informação sobre o país de origem.
- A deficiente divulgação constante das manifestações culturais.
- A falta de confraternização nas datas históricas do país de origem.

3. Conclusões

O tema em questão é de grande dimensão e interesse: a descontinuidade cultural das bolseiras angolanas em Cuba, na perspectiva da manifestação cultural num sentido amplo, patente em grupos de pessoas da comunidade angolana em Cuba.

Todas as regiões de Angola - sul, norte, leste - têm ou praticam rituais com destaque para os Umbundos, Ovibundos, Tchôkwe, Bacongo e Mussorongos. Porém, a tal ruptura no processo de passagem de testemunho a que as bolseiras angolanas foram sujeitas não permitiu a prática, por parte das bolseiras, destes hábitos, costumes e rituais nem a sua transmissão por nenhum povo das mais variadas regiões de onde são oriundas.

Em suma, aflora como plausível a conclusão que não houve continuidade da cultura das bolseiras angolanas em Cuba, atendendo à época em questão. Estas bolseiras acabaram por ser mais influenciadas pela cultura cubana e mesmo, por vezes, «subjugadas» a tradições e rituais que lhes eram estranhos.

No entanto, parece igualmente importante referir que a distância da sua cultura de origem e da sua terra de pertença cimentou entre as bolseiras alguns sinais que podem ser entendidos como continuidade cultural como, por exemplo: a solidariedade, o companheirismo, os laços de vizinhança, o institucionalismo entre outras.

4. Recomendações

Recomendamos que, em situações semelhantes de deslocamento de jovens para estudo noutros países como bolseiros, haja um acompanhamento de pessoas ou entidades capazes de transmitir hábitos, costumes e rituais para que seja sempre preservada a cultura e a identidade de um povo.

O tema em questão fica à consideração para um estudo comparativo no futuro sobre a descontinuidade cultural dos bolseiros actuais e os mais antigos *camaineros*, uma vez que existem, segundo a nossa percepção, aspectos significativos a comparar.

Como nota final, um apreço especial para todos os jovens angolanos *camaineros* que com o seu contributo e testemunho permitem manter vivo essa etapa e história das suas vidas e de Angola e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para a importância da continuidade cultural relativamente aos jovens bolseiros actuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, G. G. (2012)

<http://dicionariodeteatro.blogspot.pt/2012/08/descontinuidade.html>. Acedido em 07 de Agosto 2014.

Altuna, R. R. (1985). *Cultura tradicional bantu*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano da Pastoral.

Ba, A. H. (1972). *Aspects de la civilisation africaine*. Paris Presence Africaine.

Capucha, L. (2010). *A pobreza, pluralidade de olhares e de intervenções. Acesso universal a qualificações certificadas: para a ruptura da relação entre insucesso escolar e desigualdades sociais*.

Coleção de vários autores. *Consultor universal do estudante*. Ciências sociais. aupper editora.

Clanet, C. (1990). *L'intercultural: Introduction aux approches interculturelles en éducation et en sciences humaines*. Toulouse: Presence Universitaires du Mirail.

Clara, O. (2010) <http://pt.globalvoicesonline.org/2010/08/29/angola-o-alambamento-e-os-rituais-do-casamento/> Acedido em 20 de Setembro de 2014.

Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. São-Paulo: Editora S.A.

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Projeto e edições limitadas.

Freitas, A. (1975). *Angola, o longo caminho da liberdade*. Lisboa: Moraes editores.

<http://sociologico.revues.org/174>. Acedido em 03 de Junho 2014.

Gramsci, A. (1996). *Cahiers de prison*. Paris: Gallimard.

Giussani, L. (2008), O sentido religioso. Lisboa: Verbo.

Juan, E. S. (1992). *Estructuración y desestructuración de la comunicación interpersonal en contextos interculturales*. In Sociedad Española de Pedagogía. Educación intercultural en la perspectiva de la Europa unida. (vol.1), 87-102.

Lévi-Strauss, C. (1958). Introduction: Histoire et Ethnologie. In *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon.

Librato, E. (2010). *Caderno de estudos africanos*. Lisboa: Gulliver de Abreu.

Martí, J. (1975). *Educación popular*.

www.filosofia.cu/marti/mt19375.htm).net.Acedido) Acedido 09 Agosto 2014.

Osorio, J.A. (1992). *O humanismo a intersecção da historia cultural com a historia literaria*. Coímbra.

Prades, J. (2008). *Multiculturalità, alle radici del problema*. *Il sussidiario.net*.

<http://www.ilsussidiario.net/News/Societa/2008/3/14/Multiculturalita-alle-radici-del-problema/print/898/> Acedido em Outubro 17, 2014.

Rendinha, J. (1974). *Etnias e culturas de Angola*. Instituto de Investigação Científica de Angola. Banco de Angola.

Rigotti, E. (2009) *Conoscenza e significato. Per una didattica responsabile*. Milão: Mondadori Università.

Escamez, S, J. (1992). Estructuración y desestructuración de la comunicación interpersonal en contextos interculturales. In *Sociedad Española de Pedagogía. Educación intercultural en la perspectiva de la Europa unida*. (vol.1), 87-102.

Selltiz, C. e tal. (1965). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo Repositorium- <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6191>.Acedido em 09 de Julho de 2015.

Silva, E. A. (2009). *Educação em Angola e desigualdade de género no meio rural angolano de género e tradição cultural*, *Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos*.

Santa, L. (1997). *Multiculturalidade e educação*. Porto: Profedições.

Silva, M. C. V. (2008). *Diversidade cultural na escola. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Edições Colibri.

Tuckman, B. W. (2012). *Manual de investigação em educação. Como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vieira, L. (2007). *A dimensão ideológica da educação*. Luanda, 1ª Ed. Editora Nzila.

Zau, F. (2002). *Novos Trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Movilivros.

NOTA:

Referências Bibliográficas de acordo com as normas da APA (American Psychological Association) (2010). *Publication eletronic* (6ª edição). Washington, DC: American Psychological Association.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO



Mestrado em Ciências da Educação

Título: Descontinuidades culturais das bolseiras Angolanas em Cuba nas décadas de 1970 a 1990

Questionário

Autor: Joana da Conceição Cambala Teixeira

Este questionário é anónimo e confidencial, não coloque o seu nome em nenhuma resposta nem nenhuma informação que o identifique.

Objectivo: Determinar as principais causas que levaram à uma decadência total ou parcial das descontinuidades culturais das bolseiras angolanas em Cuba entre 1970 e 1990.

Dados Pessoais

- 1- Data de nascimento
- 2- Idade___
- 3- Que idade tinha quando foi estudar em Cuba?___
- 4- Indique as suas habilitações académicas.

Habilitações Académicas			
Sem Escolaridade		Licenciatura	
Secundário/Ensino Médio		Pós-Graduação	
Bacharelato		Mestrado	

Dados Culturais

5-Conhece as manifestações culturais da sua região de origem?

S___ N___

Caso seja afirmativa mencione por favor algumas delas.

6-Receber notícias/ informações sobre Angola era de fácil acesso? S__ N__

7-Considera que lhe foram transmitidos os valores totais ou parciais da sua cultura de origem na época de estudante? S___ N___

8-De que forma as manifestações culturais praticadas em Cuba durante a época estudantil foram suficiente para dar continuidade à cultura angolana? S__ N__

9-Teve dificuldades de integração cultural na sua região após ter regressado de Cuba?

S___ N___

Justifique a sua resposta, seja ela positiva ou negativa.

10-Queira por favor, deixar a sua sugestão, testemunho ou ponto de vista sobre algum facto que lhe tenha marcado durante a sua estadia em Cuba.

Obrigada pela sua colaboração😊!

Anexo 2 – Imagem: Mapa da República Cuba



Anexo 3 – Imagem: Escola ESBEC nº 49 – Ilha da Juventude – Cuba



Anexo 4 – Imagem: Bolseiras Uniformizadas na área de formação



ANEXO 5 - LEGISLAÇÃO



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.inpressanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 165/14:

Aprova o Regulamento de Bolsas de Estudo Externas. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto n.º 5/82, de 19 de Janeiro, bem como a Resolução n.º 16/94, de 10 de Junho.

Ministério dos Petróleos

Decreto Executivo n.º 172/14:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Tecnologias de Informação deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 114/13, de 3 de Abril.

Decreto Executivo n.º 173/14:

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Comercialização deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 66/13, de 5 de Março.

Decreto Executivo n.º 174/14:

Aprova o Regulamento Interno do Conselho de Direcção deste Ministério. — Révoga o Despacho n.º 702/13, de 27 de Fevereiro.

Decreto Executivo n.º 175/14:

Autoriza a cessão de 27,5% do interesse participativo detido pela Petrobras International Braspetro B.V. ("PIBBV") no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 2/85, para a empresa participada Petrobras Oil & Gas B.V.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 1277/14:

Fixa em Kz: 6.000.000,00 o Fundo Permanente da Inspeção Geral da Administração do Estado, para o ano económico de 2014 e será gerido pela Comissão Administrativa nomeada pelo Inspector Geral do Estado.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 165/14
de 19 de Junho

Considerando necessária a continuidade e o aproveitamento estratégico da formação de quadros de nível superior no exterior do País, que deve ser efectivada em áreas consideradas vitais para o desenvolvimento célere e integrado do País;

Tendo em conta a necessidade de se conferir uma nova dinâmica para a formação de quadros qualificados para o

País, cujo apanágio se consubstancia no mérito, na justiça, na equidade e na excelência;

Atendendo a necessidade de o Estado criar mecanismos processuais, através dos quais concede um subsídio pecuniário ao cidadão angolano que concluir com aproveitamento académico de referência ao II Ciclo do Ensino Secundário, que se recomende ou que pretenda frequentar Cursos de Graduação ou de Pós-Graduação nas Instituições de Ensino Superior no exterior do País;

Havendo necessidade de se assegurar que os serviços competentes do Órgão de Tutela do Subsistema de Ensino Superior possam conduzir todo o processo de candidatura, selecção e acompanhamento de estudantes Bolseiros, com base no rigor e na isenção.

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento de Bolsas de Estudo Externas, anexo ao presente Decreto Presidencial, que dele faz parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto n.º 5/82, de 19 de Janeiro, bem como a Resolução n.º 16/94, de 10 de Junho.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

Públicas, Público-Privadas e Privadas legalmente criadas e integradas no Subsistema de Ensino Superior, adoptando tipologia diversa, designadamente Academia, Universidade, Instituto Superior Politécnico, Instituto Superior Técnico, Escola Superior Politécnica e Escola Superior Técnica;

- h) «Subsídio de Participação», valor de natureza pecuniária concedido mensalmente pelo Estado Angolano ao Bolseiro Externo para cobrir os encargos não assumidos pelo País Doador ou de acolhimento no quadro dos acordos de cooperação;
- i) «Subsídio Integral», valor de natureza pecuniária concedido mensalmente pelo Estado Angolano ao Bolseiro no exterior do País para cobrir todas as despesas inerentes à sua formação, nomeadamente, o pagamento de propinas, o seguro de saúde, alimentação, alojamento, transporte, investigação científica, assim como a preparação e defesa da tese.

ARTIGO 6.º
(País Doador e Acolhedor)

1. É País Doador aquele que assumindo integral ou parcialmente os encargos, oferece por intermédio do INAGBE, a oportunidade de formação de cidadãos angolanos com base nos critérios por si estabelecidos e aceites pelo Estado Angolano.

2. É País Acolhedor aquele que sendo doador ou não, se constitui anfitrião de estudantes Bolseiros Angolanos em formação, sob responsabilidade do INAGBE.

3. É proibida a ausência do Bolseiro Externo durante os períodos de formação previstos no calendário de cada ano académico em vigor no País Doador ou Acolhedor.

ARTIGO 7.º
(Fonte de financiamento e Valor do Subsídio)

1. A fonte de financiamento das BEE é constituída pelo Orçamento Geral do Estado Angolano e por doações dos Países acolhedores ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras.

2. O valor do Subsídio integral e do subsídio de participação é fixado por Despacho Conjunto dos Titulares dos Ministérios das Finanças e do Ensino Superior.

CAPÍTULO II
Encargos, Tipos e Periodicidade do Subsídio de BEE

ARTIGO 8.º
(Encargos)

1. O Subsídio de BEE serve para custear dois tipos de encargos:

- a) Encargos integrais;
 - b) Encargos de participação.
2. Constituem encargos integrais as despesas com:
- a) Propinas;
 - b) Seguro de saúde;
 - c) Alimentação;

- d) Vestuário;
- e) Alojamento;
- f) Transporte;
- g) Bibliografia e investigação científica;
- h) Preparação e defesa da tese.

3. São encargos de participação as despesas assumidas pelo Estado Angolano como complemento ao subsídio atribuído ao Bolseiro Externo pelo País Doador no quadro dos acordos de cooperação, sendo este atribuído em função da realidade de cada País e de cada Bolseiro Externo.

ARTIGO 9.º
(Tipos de subsídio)

1. O subsídio atribuído ao Bolseiro Externo pode ser integral ou de participação.

2. O subsídio integral cobre as despesas previstas no n.º 2 do artigo anterior.

3. O subsídio de participação cobre as despesas previstas no n.º 3 do artigo anterior.

ARTIGO 10.º
(Periodicidade do subsídio)

Os subsídios referidos no artigo anterior são processados mensalmente durante todo o ano civil e concedidos por um período correspondente à duração da formação graduada ou pós-graduada.

ARTIGO 11.º
(Duração da BEE)

1. A BEE é concedida por um período correspondente à duração da formação graduada ou pós-graduada para a qual o Bolseiro Externo foi seleccionado, devendo ser renovada anualmente mediante a comprovação de frequência e aproveitamento académico com sucesso emitido pela Instituição de Ensino que frequenta.

2. A duração da formação graduada ou pós-graduada é determinada de acordo com o sistema educativo do País Doador ou Acolhedor e não é prorrogável.

ARTIGO 12.º
(Intransmissibilidade da BEE)

1. O Subsídio de BEE é individual e intransmissível.
2. O Subsídio de BEE é concedido de acordo com o curso específico e o nível correspondente para o qual o Bolseiro Externo foi seleccionado pelo INAGBE em concordância com as estruturas competentes do País Doador ou Acolhedor.

ARTIGO 13.º
(Escolha do Curso e do País Acolhedor)

1. A decisão sobre a escolha do curso e do País Acolhedor é da responsabilidade do INAGBE.

2. A decisão sobre a escolha do curso é tomada com base no seguinte:

- a) 3 (três) opções de curso efectuadas pelo candidato;
 - b) Harmonia e alinhamento com o curso concluído no ensino secundário ou no ensino superior;
 - c) Prioridades nacionais para a formação de quadros.
3. Não é permitida a mudança de curso ou de País Acolhedor.

CAPÍTULO III
Elegibilidade e Organização das BEE
para Cursos de Graduação

SECÇÃO I
Elegibilidade

ARTIGO 14.º

(Requisitos para a Candidatura à BEE em Cursos de Graduação)

1. O candidato à BEE para os Cursos de Graduação deve reunir os seguintes requisitos:

- a) Ter nacionalidade angolana e residência permanente no País;
- b) Ter idade não superior a 22 (vinte e dois) anos;
- c) Ter comportamento moral, cívico e patriótico de referência;
- d) Possuir média não inferior a 14 (catorze) valores, particularmente nas disciplinas de base para o curso escolhido, excepto se outra for a exigência do País Doador;
- e) Não ter interrompido o ciclo de formação após a conclusão do II Ciclo do Ensino Secundário por um período superior a 1 (um) ano;
- f) Possuir aptidão física e mental, comprovada por Atestado Médico;
- g) Ter situação militar regularizada devidamente comprovada, para os cidadãos do sexo masculino;
- h) Preencher as exigências estabelecidas pelo País Doador e acolhedor.

2. É da responsabilidade do candidato comprovar documentalmente o preenchimento dos requisitos referidos no número anterior.

ARTIGO 15.º

(Candidatos Elegíveis à BEE para Cursos de Graduação)

1. Os candidatos elegíveis à BEE para Cursos de Graduação são os seguintes:

- a) Alunos que concluíram o II Ciclo do Ensino Secundário de cada uma das escolas de cada uma das 18 (dezoito) províncias do País, com aproveitamento de referência, após acompanhamento tutorado do serviço competente do Órgão de Tutela do Ensino Superior;
- b) Alunos que concluíram o II Ciclo do Ensino Secundário de cada uma das escolas de cada uma das 18 (dezoito) Províncias do País, com aproveitamento de sucesso e que aproven no exame de acesso ao Ensino Superior, após acompanhamento tutorado do serviço competente do Órgão de Tutela do Ensino Superior;
- c) Estudantes do 1.º ou 2.º ano das Instituições de Ensino Superior (IES) que tenham aproveitamento de referência e que preencham os requisitos definidos no artigo 14.º do presente Regulamento.

2. É responsabilidade conjunta do candidato e do serviço competente do órgão de Tutela do Ensino Superior comprovar documentalmente o preenchimento dos requisitos referidos no número anterior.

ARTIGO 16.º

(Tipos de Candidatura à BEE para Cursos de Graduação)

Os tipos de candidatura à BEE para Cursos de Graduação são as seguintes:

- a) Candidatura por mérito, para alunos que concluíram o II Ciclo do Ensino Secundário com notas superiores a 14 (catorze) valores como média do curso concluído no ensino secundário e nas disciplinas nucleares do curso que o candidato pretende frequentar e sem qualquer nota negativa, e que tenham passado por um acompanhamento do Serviço competente do Órgão de Tutela do Ensino Superior, durante a sua formação;
- b) Candidatura por selecção directa após exame de acesso, para todos os interessados que tenham aprovado com as notas mais elevadas no exame de acesso nas Instituições do Ensino Superior Angolanas e que preencham os requisitos previstos no artigo 14.º;
- c) Candidatura por iniciativa individual, para qualquer interessado que reúna os requisitos estabelecidos no artigo 14.º e tenha aprovado na Prova Selectiva de Aptidão à BEE organizada pelo serviço competente do órgão de tutela do Ensino Superior.

ARTIGO 17.º

(Quota para Beneficiários do Regime de Protecção Especial)

1. É estabelecida a quota de 20% das BEE concedidas anualmente para preenchimento pelos Beneficiários do Regime de Protecção Especial, enquanto candidatura por iniciativa individual, prevista na alínea c) do artigo anterior.

2. Para preenchimento da quota referida no número anterior, os candidatos devem obedecer aos requisitos estabelecidos no artigo 14.º do presente Regulamento.

SECÇÃO II

Organização do Processo de Candidatura à BEE
para Cursos de Graduação

ARTIGO 18.º

(Fases da Candidatura à BEE para Cursos de Graduação)

As fases do processo de candidatura às BEE para os Cursos de Graduação, observadas de acordo com o fluxograma no Anexo I, são as seguintes:

- a) 1.ª Fase: Abertura da época de candidatura e anúncio das vagas por País e por Cursos;
- b) 2.ª Fase: Selecção e apresentação de candidaturas;
- c) 3.ª Fase: Realização da Prova Selectiva de Aptidão;
- d) 4.ª Fase: Análise documental, realização de exames médicos e selecção dos Bolseiros Externos;

Anexo I: Fluxograma do Processo de Candidatura à Bolsa de Estudo Externa de Graduação

Calendário

Março

Janeiro à Março

Abril

Em Novembro e Dezembro recolho nas escolas do 11º Ciclo

Maio e Junho

Junho

Julho

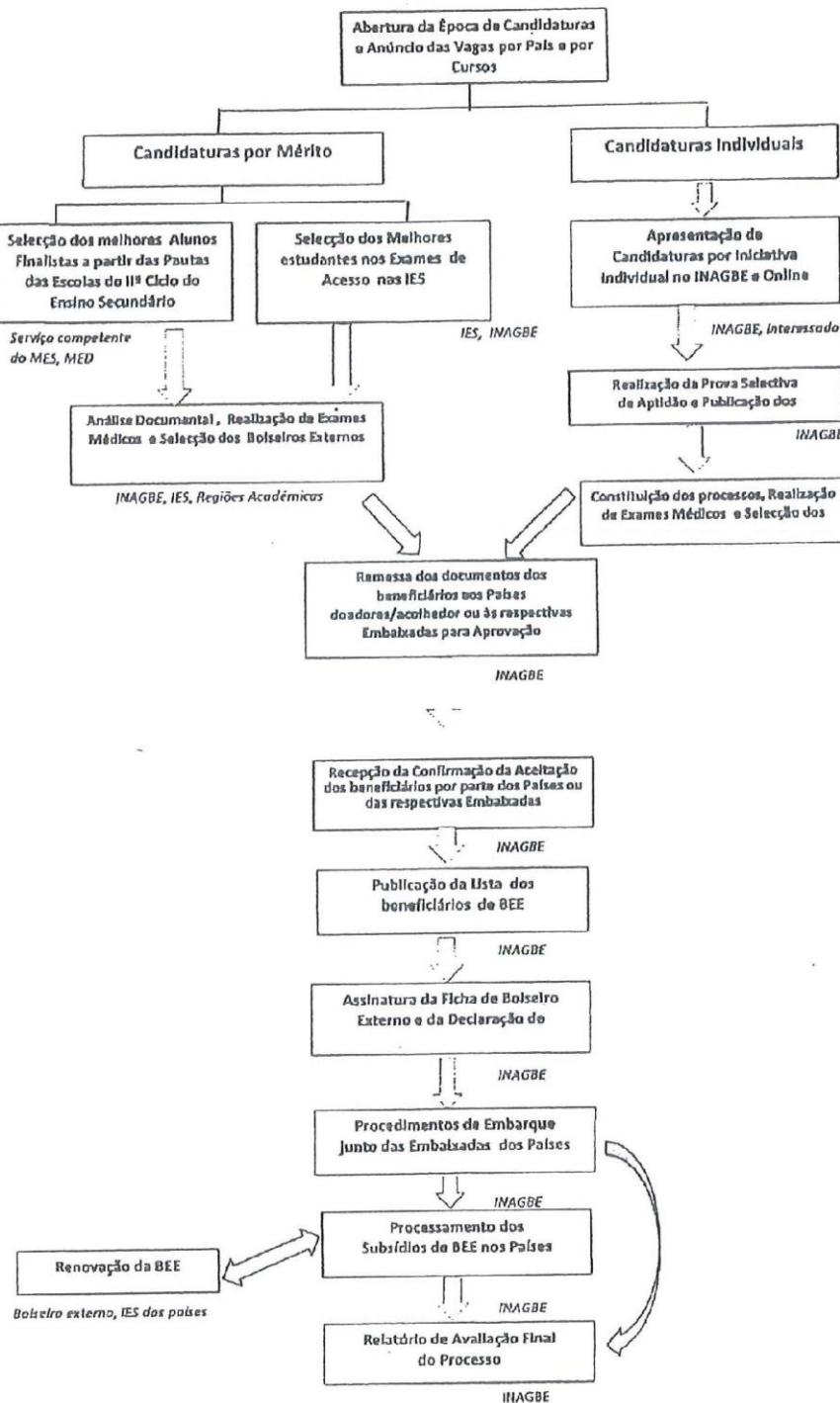
Julho

Julho

Julho

Em função do calendário

Setembro



OBS: As datas propostas no Fluxograma são apenas indicativas

ANEXO II
Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE)
Declaração de Compromisso de Honra
do Estudante Bolseiro Externo

Eu (nome), natural de.....,
Provincia de..... nascido aos/...../..... filho de..... e de
....., portador do B.I. n.º....., emitido aos
...../...../..... e válido até...../...../....., Estudante doano do Curso de
..... registado sob o n.º na
Faculdade da Instituição/ Universidade.....

Declaro por minha Honra que:

- Conheço as normas vigentes sobre a atribuição das Bolsas de Estudo Externas;
- Sou um estudante com aproveitamento académico de referência;
- Não prestei falsas declarações para obtenção da Bolsa de Estudo Externa;
- Terei um comportamento moral, cívico e patriótico de referência;
- Apresentarei no final de cada ano semestre o relatório do meu desempenho académico;
- Cumprirei e respeitarei o Regulamento de Bolsas de Estudo Externas;
- Farei anualmente a Renovação da Bolsa de Estudo Externa com base na apresentação dos resultados positivos do meu aproveitamento académico;
- Prestarei serviço público em qualquer parte do País onde for indicado, logo após a minha formação por um período não inferior a 4 (quatro) anos;
- Ressarcirei o Estado a totalidade dos valores correspondentes à BEE usufruída, durante 2 (dois) anos após a formação, caso não regresse ou não preste serviço público onde for indicado.

POR SER VERDADE, ASSINO

..... (local), aos...../...../.....

.....
(Assinatura do Bolseiro Externo)

- e) o produto de subscrições;
- f) os juros dos depósitos capitalizados;
- g) as prestações recebidas pela remuneração dos serviços prestados;
- h) outras receitas eventuais ou que venham a fixar-se.

ARTIGO 43.º
(Aplicação das receitas)

1. As receitas são aplicadas para a concretização dos fins da associação e segundo o que for aprovado pelo Conselho Directivo no orçamento anual.

2. Constituem despesas da associação os gastos decorrentes do exercício anual com vista a concretização do objecto e dos fins sociais.

TÍTULO IV
Disposições Finais

ARTIGO 44.º
(Dissolução)

1. A «Caimaneros» poderá dissolver-se quando:

- a) o número de membros não permitir a sua existência legal;
- b) os membros definirem que os fins para os quais foi constituído deixaram de existir;
- c) por fusão com outra organização congénere;
- d) por qualquer outra razão que a Assembleia Geral considere relevante.

2. A dissolução só se verificará por deliberação da maioria de 2/3 da Assembleia Geral.

ARTIGO 45.º
(Liquidação)

1. Em caso de dissolução, a Assembleia Geral da «Caimaneros» nomeará uma comissão liquidatária, a qual procederá à liquidação.

2. Os bens resultantes da liquidação terão o destino que for determinado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 46.º
(Símbolos)

1. A «Caimaneros» é identificada por bandeira, símbolo e divisa próprios, constituídos por:

- a) o céu azul: espaço comum;
- b) um aperto de mãos: a solidariedade, o convívio, a manutenção da união e a promoção social entre

os membros, bem como a fraternidade e ajuda mútua;

- c) uma estrela: dentro de um semi-círculo encimado pela designação «Caimaneros»: ordem, justiça e progresso
- d) as cores, azul, branco, vermelho, amarelo e preto: a junção das cores das duas bandeiras (Angola e Cuba).

2. A bandeira da «Caimaneros», é um retângulo de cor branca, com o símbolo incrustado no seu centro.

3. O símbolo deverá ser utilizado nos documentos e outros meios para sua identificação e divulgação.

4. O símbolo só poderá ser alterado por decisão da Assembleia Geral, a nossa divisa é: juntos ontem, hoje, amanhã e sempre,

ARTIGO 47.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e os casos omissos suscitados na interpretação e aplicação do presente estatuto serão resolvidos pelo Conselho Directivo.

ARTIGO 48.º
(Regulamento)

O presente estatuto será objecto de regulamentação.

ARTIGO 49.º
(Entrada em vigor)

O presente estatuto entra em vigor após a sua aprovação pela Assembleia Geral.

Assim o disseram e outorgaram.

instruem o acto:

- a) certificado de admissibilidade emitido pelo Gabinete Jurídico do Ministério da Justiça, aos 9 de Setembro de 2010;
- b) acta de reunião de assembleia realizada aos 19 de Abril de 2008;
- c) documento complementar atrás referido.

Aos outorgantes e simultaneamente na sua presença, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, 17 de Dezembro de 2010. — O Notário em exercício, *Pedro Manuel Dala*.